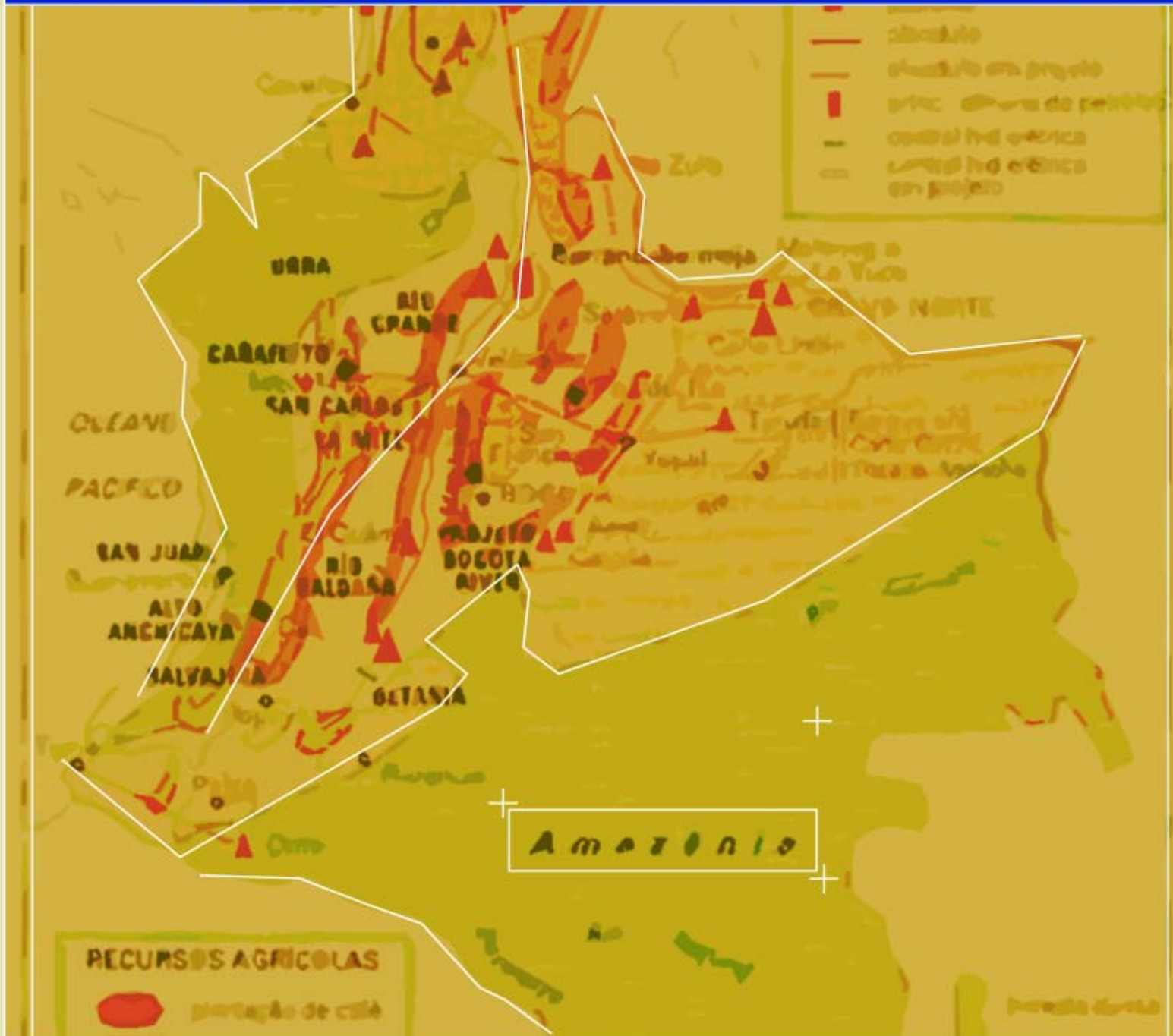


PLANO COLÔMBIA

PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO



PESQUISA INESC



PLANO COLÔMBIA

PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

APRESENTAÇÃO

O PLANO COLÔMBIA: ESTRATÉGIA PARA A PAZ ATRAVÉS DA GUERRA?

COLÔMBIA: O RETRATO DE UM PAÍS

O QUÊ O CONGRESSO NACIONAL PENSA SOBRE O PLANO COLÔMBIA

O CONGRESSO NACIONAL E A AMAZÔNIA: DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS

TABELAS



A489

Amazônia: Plano Colômbia: perspectivas do parlamento
Brasileiro / Instituto de Estudos Socioeconômicos –
Brasília: INESC: 2002

P.: cm

ISBN: 85-87386-04-2

1. Amazônia Política econômica. 2. Amazônia Política
militar. 1. Instituto de Estudos Socioeconômicos.

I. Título

CDD: 338.9811

Instituto de Estudos Socioeconômicos

SCS Quadra 08 bloco B-50 salas 433/441 Edifício Venâncio 2000
70.333-970 Brasília-DF BRASIL
Tels 55(61) 226-8093

Conselho Diretor

Presidente - Jackson Luís Pires Machado
Vice-presidente - Ronaldo Coutinho Garcia
1ª Secretária - Elisabeth Barros
2º Secretário - Paulo Pires Campos
1ª Tesoureira - Gilda Cabral
2º Tesoureiro - Augustino Veit

Colegiado de Gestão

Flávio Schuch - Secretário Geral
Iara Pietricovsky de Oliveira - Coordenadora do Núcleo de Defesa de Direitos
José Antônio Moroni - Coordenador do Núcleo de Fortalecimento Institucional

Equipe

Adriana Ramos de Almeida – Assessora de Política Internacional
Austregésilo Ferreira de Melo - Assessor de Política Fiscal e Orçamentária
Edécio Vigna de Oliveira – Assessor de Política Agrária e Agrícola
Hélcio Marcelo de Souza – Assessor de Política Indígena e Ambiental
Jair Pereira Barbosa Jr. – Assessor de Comunicação
Jussara de Goiás – Assessora de Política da Criança e Adolescente
Luciana Costa – Assessora de Comunicação
Maria Lúcia Jaime – Gerente Financeira e Administrativa
Paulo Eduardo Rocha – Assessor de Política Fiscal e Orçamentária

Equipe de Edição

Design Gráfico: Anagraphia Ateliê Gráfico
Editor: Jair Pereira Barbosa Júnior

Fotos e Ilustrações

Sites oficiais: FARC, Governo da Colômbia e Comando Especial do Exército Colombiano - CEE

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	6
O PLANO COLÔMBIA: ESTRATÉGIA PARA A PAZ ATRAVÉS DA GUERRA?	10	
	<i>Paulo César Nascimento</i>	
	COLÔMBIA: O RETRATO DE UM PAÍS	24
	<i>Maria das Graças Rua</i>	
O QUÊ O CONGRESSO NACIONAL PENSA SOBRE O PLANO COLÔMBIA	40	
	<i>Edécio Vigna</i>	
O CONGRESSO NACIONAL E A AMAZÔNIA: DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS	50	
	<i>Márcia Anita Sprandel</i>	
	TABELAS	65

PESQUISA INESC: PLANO COLÔMBIA
PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

>

Através da pesquisa “Plano Colômbia: perspectivas do Parlamento brasileiro” realizada em 2001 pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, trazemos ao conhecimento público as opiniões de 120 parlamentares da base governista e de 60 congressistas da oposição sobre esta mega-operação de combate ao narcotráfico na Colômbia, patrocinada pelo governo dos Estados Unidos, que já consumiu US\$ 1,32 bilhão.

A explosiva e violenta associação de atividades do narcotráfico, comércio ilegal de armamentos, lavagem de dinheiro e terrorismo podem transformar o Plano Colômbia na outra face da guerra internacional deflagrada contra o terrorismo, inserindo a Região Amazônica no processo de escalada da violência que o mundo vem experimentando desde o 11 de Setembro de 2001.

Uma operação de tal envergadura promete impactar todo o continente sul-americano e, principalmente, os países vizinhos da Colômbia. Este é o caso do Brasil que tem uma fronteira comum de 1.643 km de extensão, toda ela na região amazônica — uma área de 5,5 milhões de km² compartilhada por oito países do continente onde vivem, basicamente, camponeses e populações indígenas. Esse impacto já se fez sentir na execução do orçamento da União de 2000, com os gastos militares tendo sofrido, ao longo daquele ano, um acréscimo de 314% de recursos suplementares, passando de R\$ 173 milhões para R\$ 731 milhões, concentrados no Programa SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

>

>

O debate sobre a questão amazônica, região que deverá sofrer maior impacto do Plano Colômbia, foi o desdobramento natural da pesquisa do INESC. A avaliação dos parlamentares entrevistados, tanto governistas quanto os de oposição, é negativa no que diz respeito à execução de diretrizes do governo federal. No tocante à promoção do desenvolvimento econômico da região, grande parte dos congressistas declarou-se insatisfeita com a atuação do governo. Entre as principais intervenções federais para o reordenamento territorial da região, os entrevistados só apresentaram posições semelhantes no tocante à necessidade de se elaborar um modelo de reforma agrária específico para a região amazônica.

A pesquisa aborda também a questão das terras indígenas e como ela coloca-se diante de outros desafios nacionais, como a promoção do desenvolvimento da região; sua exploração por empresas privadas e a preservação ambiental. Os congressistas da base de apoio ao governo e de oposição apresentam percepções divergentes sobre a questão, embora concordem quanto à possibilidade de conciliar o desenvolvimento regional com o respeito às terras indígenas. Os parlamentares também foram questionados sobre a atuação de Organizações Não Governamentais – ONGs na região e de como, em suas avaliações, elas se inserem ou não na promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Ao final da entrevista, todos foram instalados a listar as três ONGs com atuação positiva e negativa na região.

Elaborada e aplicada pelo jornalista Marcondes Sampaio, a pesquisa teve seus resultados analisados pela doutora em Antropologia Social Márcia Anita Sprandel no texto “O Congresso Nacional e a Amazônia – discursos e práticas políticas” e pelo mestre em Ciências Políticas, Edécio Vigna, Assessor Senior do INESC, no texto “O quê o Congresso Nacional pensa sobre o Plano Colômbia”. O trabalho também contou com a contribuição da socióloga Maria das Graças Rua que em “Colômbia: o retrato de um país” nos leva a uma viagem pelo país andino, revelando os principais aspectos sociais, econômicos e políticos da realidade de nosso vizinho. O cientista político Paulo César Nascimento, da Universidade de Columbia, Nova York, faz uma análise detalhada do histórico, implementação e primeiros efeitos da operação contra o narcotráfico em “O Plano Colômbia: estratégias para a paz através da Guerra?”.

O material organizado pelo INESC ajuda a compreender melhor as diversas interseções do Plano Colômbia com as questões amazônicas, de como a mega-operação norte-americana contra o narcotráfico já está impactando nossa realidade. O trabalho também traz dados reveladores relativos ao posicionamento dos congressistas sobre a questão amazônica, identificada no imaginário nacional como um bastião de nossa soberania e resistência à hegemonia dos Estados Unidos.

Acreditamos estar, como essa iniciativa, contribuindo para enriquecer e aprofundar o debate, e ampliar o número de atores envolvidos na questão.



PESQUISA INESC: PLANO COLÔMBIA
PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

**O PLANO COLÔMBIA:
ESTRATÉGIA PARA A PAZ
ATRAVÉS DA GUERRA?**



O PLANO COLÔMBIA: ESTRATÉGIA PARA A PAZ ATRAVÉS DA GUERRA?

> Os atentados terroristas em Nova York e Washington levaram o Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, a cancelar sua viagem à Colômbia programada para o 11 de setembro último, quando esperava inteirar-se da condução da estratégia antidrogas naquele País. Apesar da visita de Powell ter sido adiada *sine die*, e da atenção da Casa Branca estar voltada para a campanha militar no Afeganistão, seria errôneo concluir que o problema do narcotráfico na Colômbia perdeu importância na visão dos Estados Unidos.

James Mack, vice-secretário de Estado para Assuntos Internacionais de Narcóticos, não perdeu tempo em inserir a Colômbia na nova cruzada antiterrorista que os atentados de 11 de setembro desencadearam. Em recente depoimento na Comissão de Relações Internacionais do Congresso, James Mack declarou que grupos guerrilheiros colombianos, assim como o regime do Talibã no Afeganistão, beneficiam-se substancialmente do tráfico de drogas, não sendo impossível portanto o surgimento na região andina “de um estado traficante usado como trampolim por grupos terroristas”¹. Em outubro de 2001, George Bush decidiu manter o narcotráfico colombiano por mais um ano na categoria de emergência nacional, num claro sinal de que Washington continua dando prioridade ao problema da produção de coca e heroína na Colômbia.

1 - Ver a esse respeito “Departamento de Estado denuncia vínculos entre drogas e terrorismo”, *Programas de Informacion Internacional del Departamento de Estado de Estados Unidos*, 10 de Outubro de 2001 (<http://usinfo.state.gov/espanol>)

A MILITARIZAÇÃO DO PLANO COLÔMBIA

Previa-se, inicialmente, além da participação dos grupos guerrilheiros, o envolvimento das comunidades locais de camponeses e indígenas na recuperação econômica de suas regiões.

> Não só a preocupação com o narcotráfico colombiano persiste nos Estados Unidos, mas também o enfoque usado no seu combate continua privilegiando componentes repressivos. A prova disso está no conteúdo militar que Washington deu a uma estratégia inicialmente elaborada pelo Presidente da Colômbia, Andres Pastrana, para erradicar as drogas e a violência do País, e que tornou-se conhecida como “Plano Colômbia”. As primeiras idéias do plano, ventiladas em 1998 por Andres Pastrana e pelo ex-ministro das Relações Exteriores Augusto Ramirez Ocampo, privilegiavam negociações com os principais grupos guerrilheiros do País – *Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia [FARC]* e o menos numeroso *Ejército de Liberación Nacional [ELN]*. A partir do entendimento entre governo e guerrilhas, seriam então desenvolvidos projetos mútuos para reabilitar as zonas mais atingidas pela violência e gradualmente eliminar a produção de cocaína e papoula através de atividades econômicas alternativas.² Previa-se, inicialmente, além da participação dos grupos guerrilheiros, o envolvimento das comunidades locais de camponeses e indígenas na recuperação econômica de suas regiões. Aumento de gastos militares nem era mencionado nas versões originais do plano.

Desde que assumiu a presidência da Colômbia em agosto de 1988, Andres Pastrana vinha tentando, sem muito sucesso, levantar fundos no exterior para o Plano Colômbia. Somente no ano seguinte, quando da visita à Colômbia do vice-secretário de Estado Thomas Pickering, o governo norte-americano passou a interessar-se pela idéia de levantar recursos para uma ajuda econômica substancial ao governo colombiano. Havia motivos para tal: o processo de paz entre guerrilha e governo estava praticamente paralisado, a violência alastrava-se pelo interior do País e a produção de drogas continuava aumentando. Thomas Pickering, entretanto, condicionou a ajuda econômica norte-americana à elaboração de uma estratégia bem definida e abrangente para o combate ao narcotráfico. O Plano Colômbia foi então ressuscitado, mas com alterações significativas, como a introdução de um enorme componente militar e policial na estratégia antidroga.

O novo Plano Colômbia saiu finalmente do papel quando um pacote de ajuda financeira de US\$ 1,32 bilhão foi aprovado em junho de 2000 pelo Congresso norte-americano e sancionado em lei pelo

2 - Segundo Andres Pastrana declarou em 1999, “a guerrilha participou do desenvolvimento, elaboração e execução do Plano Colômbia.” Ver *El Espectador*, “El Plan Colômbia sobre la mesa”, 6/1/99

O termo “Plano Colômbia” passou a ser utilizado em referência ao pacote financeiro norte-americano.

> Presidente Clinton no mês seguinte. A ajuda financeira americana é somente uma parte do orçamento do Plano Colômbia, cujo total atinge US\$ 7,5 bilhões, mas é a única soma realmente garantida e já parcialmente desembolsada. O governo colombiano comprometeu-se a levantar US\$ 4 bilhões através da privatização de empresas governamentais, de empréstimos junto a instituições financeiras internacionais, da renda gerada com a retomada do crescimento econômico, e da emissão de “bônus para a paz” a serem adquiridos pelos grupos sociais de maior renda na Colômbia. Não é certo, porém, que a Colômbia consiga levantar esta soma, até porque ela depende de indicadores macroeconômicos duvidosos. O Produto Interno Bruto (PIB) da Colômbia está entrando em seu segundo ano de crescimento negativo, os preços internacionais do café têm baixado nos últimos dois anos, ao mesmo tempo em que o déficit fiscal colombiano vem elevando-se desde o início dos anos 90.³

O governo da Colômbia também esperava uma ajuda de US\$ 1 bilhão da União Européia, mas em uma reunião realizada em Madrid em julho do ano passado para arrecadar fundos para o plano, a Colômbia conseguiu somente US\$ 100 milhões da Espanha e US\$ 20 milhões da Noruega. Os governos europeus não gostaram da dimensão militarista do plano, e em fevereiro deste ano o Parlamento Europeu votou contra o Plano Colômbia, soterrando definitivamente as esperanças de Andres Pastrana de conseguir qualquer ajuda financeira significativa dos países europeus.⁴

A assistência econômica americana constitui, dessa forma, a parte mais concreta e decisiva do Plano Colômbia. Como assinalou William Mendel, especialista em repressão ao tráfico de drogas, o termo “Plano Colômbia” passou a ser utilizado em referência ao pacote financeiro norte-americano.⁵ Apesar do plano apresentar seis programas abrangendo desde direitos humanos e o estabelecimento de instituições jurídicas até o financiamento de operações militares antinarcóticos, é o componente de repressão que ficou com a parte do leão da ajuda econômica norte-americana, como os números a seguir indicam:

3 - “Reencauzando la Economía”, Programa de Información Internacional, Departamento de Estado de Estados Unidos, <http://usinfo.state.gov/espanol/colombia/plan/htm>; Ver também Frances Stewart and Albert Berry, “Liberalization and Inequality”, em *Inequality, Globalization, and World Politics*, Andrew Hurrell e Ngaire Woods (editors), Oxford, GB: Oxford University Press, 1999

4 - Ver “European Parliament Slaps Down Plan Colômbia”/Agencia France Press/ 1º de fevereiro (www.prairienet.org/clm)

5 - William W. Mendel, “Colombia’s threats to regional security”/Military Review, Fort Leavenworth/ maio-junho 2001

> **1) Operações militares antidrogas no sul da Colômbia – US\$ 416,9 milhões.**
Esta parte do plano inclui o treinamento de dois batalhões antinarcóticos do exército colombiano, e a aquisição de 60 helicópteros *Blackhawk* e *Huey* para a condução de operações militares em regiões produtoras de cocaína.

2) Operações de interdição ao tráfico de drogas – US\$ 378,6 milhões.

O programa moderniza o sistema de radares, aviões e lanchas na região andina, de forma a controlar o tráfico aéreo, marítimo e fluvial de drogas. A base aérea de Manta, no Equador, foi escolhida como centro operacional do esforço antidroga norte-americano para a região.

3) Ajuda à Polícia Nacional Colombiana – US\$ 115,6 milhões.

Além de assistência técnica aos serviços de inteligência da polícia, este programa inclui a compra de aviões para a fumigação de plantações de coca na região de Putumayo na fronteira com o Equador, onde se produz metade da droga colombiana.

4) Apoio à promoção de direitos humanos e à reforma do sistema judicial colombiano – US\$ 106 milhões.

Os programas desta parte do pacote são destinados ao treinamento de promotores e juízes para investigar corrupção e violação de direitos humanos, assim como apoio a diversas ONGs e associações civis que promovem programas educacionais relacionados com direitos humanos.

5) Apoio ao desenvolvimento econômico alternativo – US\$ 106 milhões.

Aqui foram alocados os fundos destinados ao desenvolvimento de atividades agrícolas alternativas à produção de coca e heroína, bem como recursos para a construção de escolas, hospitais e estradas nas regiões colombianas afetadas pela guerra e o tráfico de drogas.

6) Apoio ao processo de paz e à região andina – US\$ 183 milhões.

As verbas deste programa estão destinadas a promover o processo de paz na Colômbia através de doações a uma variedade de instituições norte-americanas e colombianas que estudam as negociações de paz. Incluem também fundos para o desenvolvimento social de regiões pobres do Equador e Bolívia.⁶

>

6 - A íntegra do documento intitulado "Plano Colômbia" esta divulgada no Serviço de Informação do Departamento de Estado norte-americano, <http://usinfo.state.gov/espanol/colombia/apoyo.htm>

Várias ponderações foram levantadas a respeito dos possíveis efeitos negativos que o Plano Colômbia pode trazer para a paz e o desenvolvimento socioeconômico da região andina.

> Como é fácil notar, os três primeiros programas do Plano Colômbia, relacionados com assistência militar e policial, recebem a maior parte dos recursos — um total de US\$ 911,1 milhões contra os US\$ 408 milhões destinados a programas de cunho social e econômico. Se somarmos a esses números os US\$ 330 milhões que o governo norte-americano já havia destinado à Colômbia em assistência militar e policial pouco antes da aprovação do Plano Colômbia, então não há como fugir da constatação de que quase 80% da assistência norte-americana ao combate às drogas destinasse a uma estratégia de repressão, baseada na intensificação das atividades das forças de segurança colombianas.

▷ O que há de errado nesta estratégia de combate às drogas, e por que ela tem recebido tantas críticas? Várias ponderações foram levantadas a respeito dos possíveis efeitos negativos que o Plano Colômbia pode trazer para a paz e o desenvolvimento socioeconômico da região andina.

INTENSIFICAÇÃO DA GUERRA CIVIL

Uma das maiores preocupações dos críticos do Plano Colômbia é a possibilidade da intensificação da guerra civil colombiana.



Uma das maiores preocupações dos críticos do Plano Colômbia é a possibilidade da intensificação da guerra civil colombiana. Isso porque o Plano Colômbia tal como foi reformulado acabou por divorciar o combate ao narcotráfico do processo de paz entre guerrilha e governo. Em Janeiro de 1999, como resultado das negociações entre a guerrilha e o governo de Andres Pastrana, as FARC e depois o ELN assumiram o controle de regiões que em seu total perfazem quase 50% do território nacional colombiano. Essas regiões, conhecidas como *despeje*, foram concebidas como zonas desmilitarizadas. A trégua no conflito entre o exército e a guerrilha proporcionaria um clima favorável para a solução política de um conflito que já dura 35 anos. Infelizmente, até o momento, as negociações não produziram resultados palpáveis. O governo acusa a guerrilha de aproveitar-se da soberania sobre os *despejes* para fortalecer seu poderio militar e as FARC acusam o exército de conivência com os constantes ataques de grupos paramilitares de extrema direita a comunidades camponesas que apoiam as guerrilhas.

O Plano Colômbia, com sua ênfase em operações militares de combate ao tráfico, enfraquece ainda mais as possibilidades de paz. Isso porque a maior parte das plantações de coca estão encravadas em regiões controladas ou sob influência das forças guerrilheiras. Este é o caso, por exemplo, do departamento de Putumayo, que é limítrofe ao *despeje* controlado pelas FARC. Embora não haja evidência de participação da guerrilha na comercialização da cocaína, as FARC cobram impostos dos cartéis de droga nas áreas sob seu controle e forçam os traficantes a pagarem salários mais elevados aos camponeses que plantam coca e papoula de ópio. Não querendo perder as lucrativas fontes de renda que obtém com impostos sobre a produção de coca, e insatisfeitos com seu alijamento na elaboração da estratégia antidrogas, tanto as FARC como o ELP rechaçaram o Plano Colômbia. A ofensiva militar desencadeada pelo exército, em outubro do ano passado para recuperar a região de Putumayo, encontrou forte resistência por parte das FARC, com ambos os lados sofrendo pesadas perdas e sem vitórias significativas de parte do exército da Colômbia.

Por outro lado, a contínua atividade dos grupos paramilitares colombianos, conhecidos como *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC), só intensifica o conflito. As AUC admitem que a maior parte de seus recursos é obtida através do tráfico de drogas. Por isso soou



Existem estreitas ligações entre o exército colombiano e os grupos paramilitares, que são responsáveis pela maioria dos massacres cometidos contra a população camponesa.

> estranho que um dos mais conhecidos líderes dos grupos paramilitares, Carlos Castano, tivesse publicamente declarado seu apoio ao Plano Colômbia. Mas na realidade, os paramilitares não estão interessados na erradicação das drogas. Como sua crescente presença nas regiões incluídas na estratégia do Plano Colômbia parece indicar, as AUC querem aproveitar-se das operações militares antinarcóticos para destruírem as bases de apoio da guerrilha e controlarem as lucrativas plantações de coca sob controle das FARC.⁷

▷ Segundo relatório da *Human Rights Watch* divulgado em fevereiro deste ano, existem estreitas ligações entre o exército colombiano e os grupos paramilitares, que são responsáveis pela maioria dos massacres cometidos contra a população camponesa. Nos últimos anos, a violência tem crescido muito na Colômbia. Milhares de civis têm sido assassinados — uma média de quase cinco mil por ano —, e o número de refugiados não cessa de aumentar: mais de um milhão de colombianos foram deslocados à força de suas regiões desde 1997.⁸ O Plano Colômbia, ao privilegiar o fortalecimento de um aparelho policial e militar notório por suas violações aos direitos humanos, não pode senão contribuir para a intensificação da guerra civil colombiana. Aliás, foi essa preocupação que levou o senador republicano Benjamin Gilman, Presidente do Comitê de Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos EUA, a retirar seu apoio ao Plano Colômbia. Gilman previu que o papel do exército colombiano na luta antidroga iria terminar em desastre e mais violações dos direitos humanos.⁹ Já para Patrick Leahy, senador democrata pelo estado de Vermont, estamos observando “a dramática intensificação de uma estratégia antiguerrilheira disfarçada de política antidroga.”¹⁰

7 - Para as ligações dos grupos paramilitares com o narcotráfico, ver discurso de Tarek William Saad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional da Venezuela, em <http://www.rebellion.org/plancolombia/tared211200.htm>; Joseph R. Nunez, *Fighting the Hobbesian Trinity in Colômbia: A New Strategy for Peace* (Carlisle, Strategic Studies Institute, p. 9), abril de 2001

8 - Human Rights Watch: “Los Lazos que Unen: Colômbia y las Relaciones militares-paramilitares”, New York 2000

9 - Christopher Marquis e Juan Forero, “Importantes líderes da Câmara de Representantes dos EUA retiram seu apoio ao Plano Colômbia”, <http://www.rebellion.org/plancolombia/retiro291100.htm>

10 - “Colômbia Conundrum”, *Commonweal*, Maio 5, 2000, p. 5. Citado em Joseph Nunes, op. cit., p. 30

O ATAQUE AO ECOSISTEMA DA AMAZÔNIA

O diretor do programa de conservação do *World Wildlife Fund* compara os efeitos da fumigação aérea com a devastação ambiental causada pelo agente laranja no Vietnã.

> Embora o uso de fumigação aérea contra as plantações de coca e papoula não seja novidade na Colômbia, desde fins do ano passado este método de erradicação tem sido empregado com frequência na região de Putumayo, como parte do Plano Colômbia. Cerca de 30.000 hectares de terra, em uma área de cultivo de coca calculada em 136.000 hectares, já foram submetidos a fumigação aérea com glifosato, um agente químico que o Departamento de Estado norte-americano insiste em apresentar como “um dos herbicidas menos daninhos existentes no mercado mundial.”¹¹ Segundo autoridades americanas, o glifosato só destrói as plantas que se encontram acima do solo e sua ação como herbicida termina ao entrar em contato com o solo.

Esta versão oficial tem sido contestada em várias publicações científicas e ecológicas, assim como por ONGs, jornalistas e líderes de associações das áreas atingidas pela fumigação aérea.¹² Segundo a *American Cancer Society*, a exposição ao glifosato pode causar um tipo de câncer conhecido como *Non-Hodgkin's Lymphoma*.¹³ A Agência de Proteção ao Meio Ambiente dos EUA adverte também que produtos à base de glifosato podem causar vômito, pneumonia, e danos aos pulmões, olhos e pele. O aumento do número de pessoas com problemas de intoxicação e respiração nos hospitais das regiões fumigadas parece confirmar os efeitos nocivos do herbicida.¹⁴

As fumigações aéreas estão igualmente colocando em perigo o frágil ecossistema da região amazônica. Davi Oslo, diretor do programa de conservação do *World Wildlife Fund*, compara os efeitos da fumigação aérea em Putumayo com a devastação ambiental causada pelo agente laranja no Vietnã.¹⁵ Segundo o ecologista Ricardo Vargas, a situação é muito alarmante já que plantas, pássaros, mamíferos e a vida aquática de uma região com uma incrível biodiversidade estão sendo eliminados sem possibilidade de recuperação. Uma reportagem

11 - “Descripcion del apoyo de Estados Unidos al Plan Colômbia”, Programas de Informacion Internacional del Departamento de Estado de los Estados Unidos (<http://usinfo.state.gov/espanol/colombia/apoyo.htm>), p. 12

12 - Ver matéria sobre conferência de imprensa dedicada à devastação ecológica em Putumayo com a participação de representantes das ONGs Amazon Alliance, the Institute for Policy Studies, the Lindesmith Center, the U.S./Colômbia Coordinating Office e The Washington Office on Latin America, publicada por Brian Hansen na revista Environment News Service de 20 de novembro de 2000, sob o título “Colômbia: Monsanto, US War on Drugs and Poison Environment.”

13 - L. Hardell e M. Eriksson, “A Case-Control Study of Non-Hodgkin's Lymphoma and Exposure to Pesticides”, revista Cancer, 15 de Março de 1999, Vol. 85, No. 6, pp. 1353-1360

14 - “Chemical Columbia”, AlterNet News, issue #57, <http://www.gn.apc.org>

15 - Brian Hansen, op. cit.



- > do jornalista Jeremy McDermott da BBC, que esteve em Putumayo em março de 2001, assinala que muitas partes do sul da Colômbia que sofreram fumigação aérea parecem agora um deserto sem florestas, plantações e vegetação em geral.¹⁶

¹⁶ - Jeremy McDermott, "Hidden Costs of Plan Colômbia", *BBC News*, março 29, 2001, <http://news.bbc.co.uk/english/world/americas/newsid>

AS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PLANO

As dezenas de milhões de consumidores de drogas nos países industrializados são o grande estímulo da produção de coca e heroína, problema ignorado pelo Plano Colômbia.

>

A erradicação das plantações de coca e papoula através de fumigação aérea, além de afetar o ecossistema, traz conseqüências negativas para as comunidades indígenas e camponesas. Como o glifosato não é um herbicida seletivo — destrói tanto as folhas de coca como todos os outros tipos de plantas — as comunidades rurais de camponeses e indígenas são forçadas a mudarem-se para novas áreas. O camponês e o indígena não cultivam coca visando a uma rentabilidade de tipo capitalista: suas unidades econômicas visam à subsistência familiar. Sem poder plantar nas terras fumigadas, os camponeses tendem a vendê-las a fazendeiros ou criadores de gado — *los gamonales* — aumentando dessa forma a concentração oligárquica de terra no sul da Colômbia. Estima-se que uns 10.000 camponeses, a maior parte de origem indígena, já tiveram que abandonar suas terras desde o início da fumigação aérea em dezembro do ano passado.¹⁷ Parte desta mão-de-obra “liberada” acaba trabalhando em condições de servidão medieval para os grandes fazendeiros. Outros engrossam as fileiras da FARC. E ainda um grande número de camponeses desloca-se para novas áreas da selva amazônica, onde retomam a plantação de coca. A área de cultivo de drogas, dessa forma, nunca diminuiu. Ao contrário, de 1992 até 2000 aumentou em mais de 200%.¹⁸

▷

O desenvolvimento de atividades econômicas alternativas também é problemático. Não há mercados seguros para produtos alternativos como feijão, mandioca, cacau, palmito etc. E estes produtos não têm como competir com a rentabilidade da coca — cujo quilograma vale US\$ 50 mil no mercado americano. As dezenas de milhões de consumidores de drogas nos países industrializados são o grande estímulo da produção de coca e heroína, problema ignorado pelo Plano Colômbia. Nunca as leis do mercado mostraram-se tão implacáveis como no caso do narcotráfico: onde existe demanda, sempre há oferta.

17 - Este número foi calculado por Hiram Ruiz, analista do *U.S. Committee for Refugees*, uma ONG baseada em Washington. Ver a esse respeito <http://www.corpwatch.org/>

18 - Minha análise das implicações socioeconômicas do Plano Colômbia baseia-se no artigo de Hector Mondragon, “El Plan Colômbia Traera más guerra”, <http://www.rebellion.org/plancolombia/hector200700.htm>

O PLANO COLÔMBIA E A REGIÃO

Tanto as guerrilhas como os grupos paramilitares podem passar a operar dentro dos países vizinhos, deslocando-se através de fronteiras pouco controladas.

> Os problemas do Plano Colômbia assinalados acima podem afetar todos os países fronteiriços à Colômbia, como Venezuela, Peru, Brasil, Panamá e Equador. O recrudescimento da guerra civil colombiana certamente irá aumentar o número de refugiados colombianos, principalmente na Venezuela e no Equador, já que duas das regiões colombianas limítrofes com Venezuela e Equador — norte de Santander e Putumayo respectivamente — são grandes produtoras de coca e estão no centro das atividades da guerrilha, do exército, e de paramilitares. A erradicação das plantações de coca certamente levará os cartéis da droga a transferirem seus laboratórios de produção de cocaína para o território do Brasil e do Peru. Tanto as guerrilhas como os grupos paramilitares podem passar a operar dentro dos países vizinhos, deslocando-se através de fronteiras pouco controladas.

▷ O ecossistema de toda a região amazônica vai ser afetado, já que Colômbia e seus vizinhos compartilham florestas e rios que podem disseminar os elementos tóxicos dos herbicidas empregados na fumigação das plantações de coca. O aumento do número de refugiados para além das fronteiras da Colômbia certamente acarretará em mais desflorestamento com conseqüências negativas para o equilíbrio ecológico de toda a região.

Com exceção do Equador, que resolveu ceder para os Estados Unidos a base aérea de Mantra, todos os outros países da região mostraram-se reticentes em relação ao Plano Colômbia. Como na Europa, o plano foi criticado por privilegiar aspectos repressivos ao invés de concentrar seus esforços em reformas sociais, econômicas e políticas. Sua dimensão militarista levou muitos intelectuais latino-americanos a concluir que o Plano Colômbia não é mais que uma primeira etapa de uma estratégia mais ampla norte-americana para ocupar a região amazônica. Não há, no entanto, nenhuma evidência neste sentido, até porque o envio de um contingente de tropas americanas a uma região de alto conflito como a Colômbia não teria o apoio do público norte-americano. Os Estados Unidos mantêm na região andina uns 300 assessores militares, e ao menos oficialmente, recusam o envolvimento direto no conflito com a guerrilha colombiana. Ainda assim, é sempre bom lembrar que a escalada militar no Vietnã e na América Central começou modestamente, primeiro com a introdução de assessores, e depois assumindo o caráter de guerra generalizada.

O Brasil deve desenvolver esforços diplomáticos para influenciar o processo de paz na Colômbia.

- > Para o Brasil, a recusa em participar do Plano Colômbia não deve servir de motivo para virar as costas para a situação do País vizinho. Os problemas da Colômbia, de qualquer forma, já estão forçando as nossas portas: vários choques armados entre as FARC e unidades dos exércitos do Brasil e da Colômbia ocorreram em território brasileiro desde 1991. O governo brasileiro, através da “operação cobra”, reforçou a vigilância na fronteira com a Colômbia, aumentando o número de policiais, soldados e barcos de patrulha na área fronteiriça. O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que dispõe de uma rede de radares e aviões, certamente permitirá um maior controle sobre as atividades do narcotráfico na região. Mas essas medidas são insuficientes para a segurança de nossas fronteiras caso a guerra civil intensifique-se na Colômbia. Nesse sentido, o Brasil deve desenvolver esforços diplomáticos para influenciar o processo de paz na Colômbia. Para isso, é necessário estudar a questão do narcotráfico e da guerra civil colombiana com mais atenção, de forma a podermos traçar políticas que ajudem a Colômbia a alcançar a tão almejada paz interna.



PESQUISA INESC: PLANO COLÔMBIA
PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

COLÔMBIA:

O RETRATO DE UM PAÍS



COLÔMBIA: O RETRATO DE UM PAÍS

>

Este volume reúne as reflexões de diversos especialistas em torno do Plano Colômbia, seus significados e conseqüências. O principal eixo dos estudos aqui apresentados consiste em uma consulta aos parlamentares do Congresso Nacional acerca do Plano Colômbia, sua informação a respeito, suas posições quanto ao mesmo, suas preocupações para com os possíveis impactos sobre o Brasil, especialmente sobre a Amazônia brasileira.


Esta consulta abrangeu 180 parlamentares, sendo 2/3 deles membros dos diversos partidos que compõem a base governista e o terço remanescente composto pelos representantes dos vários partidos de oposição. A esses informantes, selecionados segundo um critério de acessibilidade, foi aplicado um questionário padrão, mediante entrevista por um pesquisador qualificado. Os resultados foram processados eletronicamente, tabulados e sistematizados na forma de distribuições de freqüência e cruzamentos de variáveis que sustentam algumas das análises aqui apresentadas.

O objetivo deste texto introdutório é propiciar aos leitores uma caracterização geográfica, socioeconômica e política da Colômbia. Em seguida, é apresentado um rápido histórico do Plano Colômbia e uma ligeira descrição das polêmicas que desencadeia. Pretende-se, assim, proporcionar um melhor entendimento do Plano — objeto deste volume — facilitando uma compreensão mais precisa do seu significado para o Brasil, para a Região Amazônica e para a América Latina. Espera-se, ainda, que os dados aqui apresentados sirvam como apoio à interpretação das análises e textos que compõem este volume.



A República da Colômbia é um país situado a noroeste da América do Sul. Sua fronteira com o Brasil tem 1.643 km de extensão.

1. COLÔMBIA: ASPECTOS FÍSICOS

>  A República da Colômbia é um país situado a noroeste da América do Sul, banhado pelo Mar do Caribe em sua costa norte — entre o Panamá e a Venezuela — e pelo Oceano Pacífico na sua costa sul — entre o Panamá e o Equador. Limita-se com a Venezuela, o Panamá, o Equador, o Peru e o Brasil. Sua fronteira com o Brasil tem 1.643 km de extensão.

O País tem uma área de 1.138.910 km², aproximadamente equivalente ao Estado de Minas Gerais. O relevo é bastante diversificado: além das planícies litorâneas, o centro do País é formado por planaltos, sucedidos a noroeste por altas montanhas da Cordilheira dos Andes, que descaem em direção ao sudeste, formando planícies que integram a Região Amazônica.

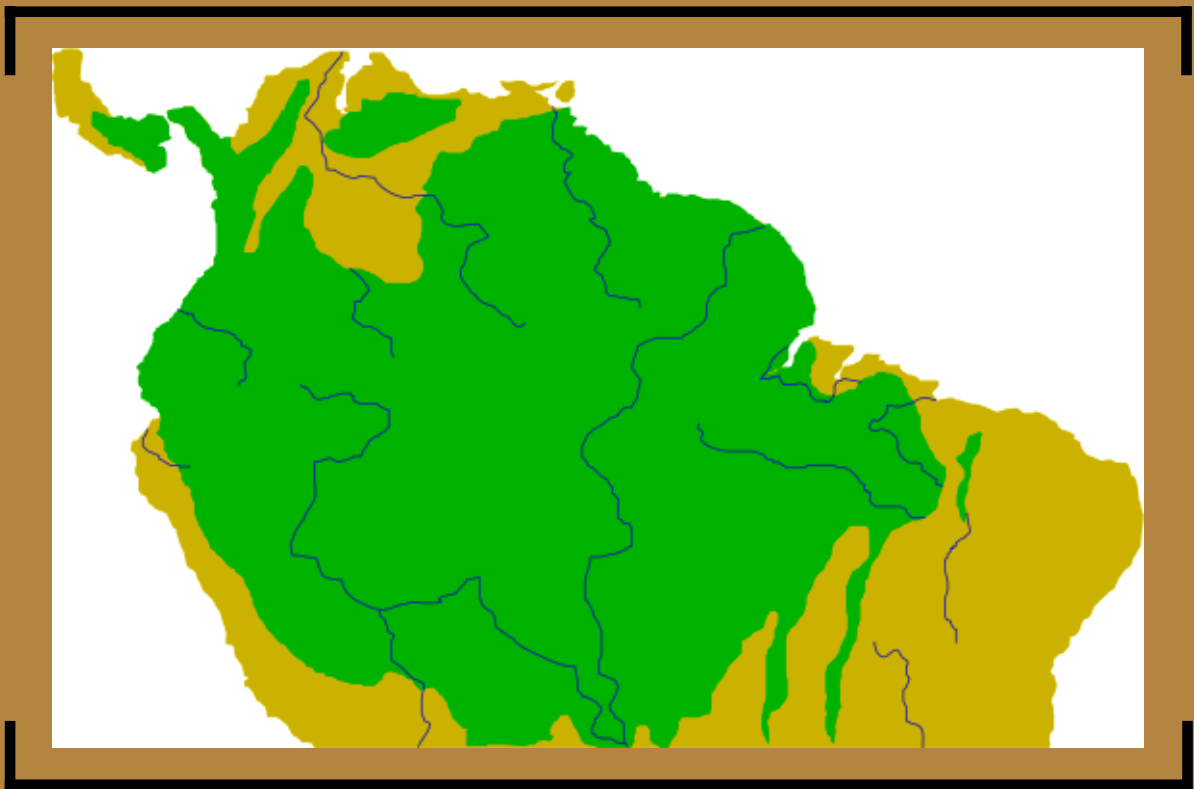
A população colombiana é de pouco mais de 40 milhões de habitantes, sendo 1/3 composto por menores de 14 anos. Sob o ponto de vista étnico, é formada de 20% de brancos, 58% de mestiços, 14% de mulatos, 4% de negros, 3% de cafuzos e 1% de índios.

A Colômbia é um dos nove países que compartilham a Região Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname) que ocupa uma área de 5,5 milhões de km², onde vivem camponeses e populações indígenas.

A Região Amazônica, com sua majestosa floresta, é considerada o mais poderoso e diversificado ecossistema do planeta, repositório de riquezas de grande magnitude tanto em termos de subsolo (recursos minerais) como de genes e espécies vegetais e animais.

Além disso, a Região Amazônica é um componente fundamental do equilíbrio climático e ambiental do continente americano e do planeta como um todo. Apesar da sua magnitude e majestade, porém, o ecossistema amazônico é altamente suscetível à ação antrópica, mostrando-se bastante fragilizado pelas práticas predatórias de todo tipo: ocupação desordenada, má conservação do solo, desmatamento, cultivos inadequados, utilização de insumos químicos etc. O mapa seguinte mostra as dimensões da Região Amazônica.

>



Mapa da Região Amazônica:

<http://www.geog.umn.edu/~schaller/Amazon/rainforest/rainforest2.htm>

2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A única atividade econômica que cresce continuamente na Colômbia é a produção e exportação de drogas ilegais.

>

Embora o País conte com recursos naturais de elevado valor (petróleo, gás natural, ferro, níquel, ouro) sua economia é modesta. Os dois principais produtos legais de exportação — petróleo e café — enfrentam um futuro incerto. A produção do primeiro encontra-se em declínio e o segundo sofre constantes e agudas oscilações de preços no mercado internacional.

O Produto Nacional Bruto - PNB apresenta a seguinte composição setorial: 19% são provenientes da agricultura; 26% da indústria, e 55% vem do setor de serviços. A indústria exhibe perfil tradicional, concentrando-se nas áreas têxtil, alimentícia, calçadista e confecções, bebidas etc. Um dos mais graves obstáculos ao desenvolvimento econômico do País é a falta de segurança pública decorrente dos conflitos internos, que desestimulam os investimentos estrangeiros.

A atividade agrícola em parte é dificultada pelo relevo acidentado da região centro-leste do País e prejudicada pela violência dos grupos insurgentes. As terras aráveis somam apenas 4%; as culturas permanentes ocupam 1%; as pastagens permanentes, 39%; as florestas, 48%; e outros cultivos 8%.

Grande parte dos cultivos corresponde às lavouras de coca, ópio e maconha, sendo que entre 1998 e 1999 as lavouras de coca cresceram mais de 20%. Na região de Putumayo, limítrofe ao Equador e Peru, situam-se 50% dos 120.000 hectares de lavouras de coca do País. Também na região de Catatumbo, que demarca a fronteira com a Venezuela, há extensas plantações de coca. Estas estão presentes, ainda, no Vale do Rio Magdalena. Finalmente, na meseta central são cultivadas papoulas de ópio e em diversas áreas são encontradas extensas plantações de maconha.

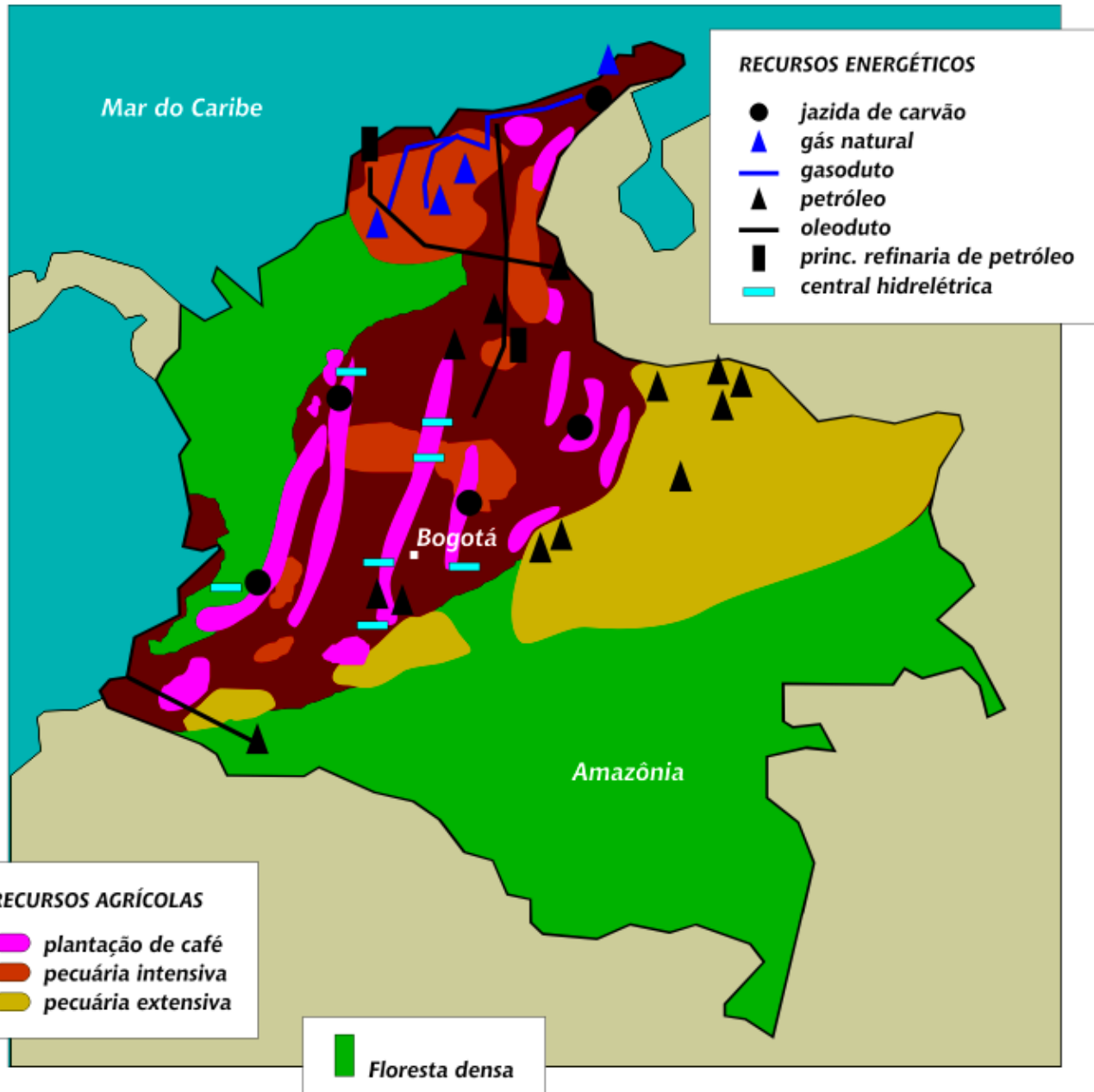
▷

Assim, a única atividade econômica que cresce continuamente na Colômbia é a produção e exportação de drogas ilegais, em todas as fases da cadeia econômica, desde o cultivo agrícola, o processamento, o beneficiamento, até o transporte, o comércio e a exportação. A Colômbia é o maior cultivador mundial da coca, é o maior processador de seus derivados, especialmente a cocaína. Sua produção atende a 90% do mercado americano de cocaína e a maior

>

- > parte da demanda dos demais mercados mundiais de drogas, sendo um importante supridor do mercado americano de heroína.

ECONOMIA DA COLÔMBIA



Na década de 1990 o país sofreu grave recessão; e no ano de 2000 o desemprego ainda era de 20%, agravando uma distribuição de renda extremamente desigual, tendo 55% da população abaixo da linha de pobreza.

Já na década de 1940 surge a guerrilha colombiana, originada no seio do movimento popular-indígena.

3. ASPECTOS POLÍTICOS

>

Como ocorreu em vários outros países latino-americanos, a partir da década de 1930 iniciou-se na Colômbia a política de substituição de importações, com ênfase nos bens de consumo, fazendo-se acompanhar de profundas transformações políticas e sociais. A demanda de mão-de-obra para atender ao desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo que incentivou o êxodo rural, intensificou os conflitos sociais tanto no campo como nas cidades.

▷

Na década de 1940 surge o caudilho liberal Jorge Eliecer Gaitán, que se consolida como representante das massas populares, tornando-se importante liderança de esquerda. Já neste período surge a guerrilha colombiana, originada no movimento popular-indígena. Com a morte de Gaitán, em 1948, acirraram-se os conflitos no campo, agravados pela guerra que se desencadeou entre o Partido Conservador e o Partido Liberal¹.

Na mesma época, o partido comunista foi declarado ilegal. Começaram então a ser realizados contatos entre vários setores comunistas e os pequenos núcleos guerrilheiros liberais, derivando desse encontro um caráter ideológico que tornou os dois grupos coesos. Apareceram grupos guerrilheiros nas zonas montanhosas, nas áreas camponesas povoadas, e nas terras orientais. A pretexto de controlar as zonas em conflito, estabeleceu-se uma ditadura militar e os conservadores colombianos iniciaram um período de repressão, conhecido como “La Violência” cujo resultado estimado foram cerca de 200.000 mortes entre 1948 e 1953.

Esta fase foi sucedida, em 1958, pelo regime conhecido como Frente Nacional, baseado no bipartidarismo artificial entre conservadores e liberais. O primeiro desses grupos sempre esteve ligado à oligarquia rural e o segundo vinculava-se a um projeto econômico urbano-modernizador voltado para o desenvolvimento econômico.

>

1 - Os partidos políticos começaram a formar-se na Colômbia a partir de meados do século XIX. Em 1848 surgiu o primeiro programa do Partido Liberal e um ano mais tarde o do Partido Conservador. Este último passou a predominar no poder desde 1886.

Os narcotraficantes foram amparados pela própria oligarquia tradicional colombiana.

>

Em 1974 encerrou-se o regime estabelecido com a Frente Nacional, retornando-se ao sistema de eleições livres. Porém, neste período, ocorreu uma grande concentração de renda, aumentando ainda mais a desigualdade social. É quando o contrabando e o narcotráfico começam a consolidar suas ações no País, iniciadas na década de 1960.

O narcotráfico chegou à Colômbia através da sua rede internacional, encontrando condições ideais: um campesinato miserável, autoridades corruptas, uma classe política ávida de recursos e protegida pela impunidade e uma classe empresarial imediatista e predatória. Assim, os narcotraficantes foram amparados pela própria oligarquia tradicional colombiana — já que sua atividade era uma das principais financiadoras das campanhas políticas e dos grupos paramilitares que começaram a formar-se —, permitindo que, apesar de toda a fragilidade social e política interna, fossem mantidos os seus ganhos e houvesse uma certa estabilidade econômica no País.

Por outro lado, na década de 1960, especialmente sob a influência do socialismo cubano, o conflito político-social assumiu feições próprias. Muitas famílias de camponeses abandonaram suas terras e organizaram-se nas montanhas, onde várias delas permaneceram como grupos armados. A violência começou a crescer com o enfrentamento entre guerrilhas de orientação marxista-leninista e as Forças Armadas. Foi oferecida anistia geral às guerrilhas, mas o efeito foi pouco significativo. Por conseguinte, os norte-americanos implementaram o Plano LASO (Latin America Security Operation), que consistia na criação de Repúblicas Independentes pelos assessores americanos e pelo exército colombiano, para tentar dividir os vários setores guerrilheiros. O resultado final desta investida foi a reação camponesa que se expressou na Conferência do Bloco Sul e culminou com o aparecimento formal das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que constituem hoje a maior parcela das forças de esquerda no país, e do ELN (Exército de Libertação Nacional), patrocinado por Fidel Castro após o bloqueio econômico imposto a Cuba².

Hoje as FARC (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas), com seus cerca de 15.000 integrantes, controlam aproximadamente 40% do território da Colômbia, junto com o Ejército de Liberación Nacional (ELN), que conta com cerca de 6.000 integrantes. Com isso,

>

2 - Em 1965 surgiu o Ejército de Liberación Nacional (ELN), em 1967 o Ejército de Liberación Popular (EPL) e em 1973 ocorreu a primeira manifestação do M-19.

Os grupos paramilitares de direita surgiram depois da intervenção dos Estados Unidos para dismantelar as rotas de tráfico no Peru e na Bolívia.

- > a guerrilha acabou tendo que ser reconhecida como um ator dotado de poder, um interlocutor a ser ouvido e a participar ativamente das negociações políticas do País, tornando-se capaz de impor a discussão da questão agrária, da reforma institucional, da garantia ao pluralismo político, do controle da corrupção e da subordinação do poder militar ao poder civil.

Entre 1982 e 1990 foram iniciadas as negociações do governo com os grupos guerrilheiros, tendo como resultado a desmobilização do M-19 (Movimento 19 de Abril) e do EPL. Porém, diante da persistência de outras facções guerrilheiras, o governo Ayala autorizou a formação de grupos paramilitares, treinados nos EUA e financiados pelos latifundiários, visando a combater a guerrilha. Esses grupos paramilitares de direita surgiram depois da intervenção dos Estados Unidos para dismantelar as rotas de tráfico no Peru e na Bolívia. Estes traficantes migraram para a Colômbia e aliaram-se aos guerrilheiros em troca de proteção.

A relação entre os grupos ficou mais estreita, e agora há competição em algumas áreas sobre o comando do negócio de

>

Compreender a diferença entre o camponês produtor de folha de coca, os narcotraficantes e o movimento guerrilheiro é um dos aspectos mais importantes para o entendimento da situação na Colômbia.

> narcóticos. Devido ao crescimento desenfreado da guerrilha esquerdista, os traficantes nativos iniciaram a formação de grupos de autodefesa que imitavam o modelo estabelecido pelas FARC, incluindo a aliança grupal: a oligarquia juntar-se-ia aos comerciantes locais de coca e negociaria financiamento político com os lucros, e permitiria a expansão do cultivo do produto em suas terras.

Esses grupos — como a Autodefesas Unidas Colombianas (AUC) — têm expulsado camponeses de suas terras, que são facilmente ocupadas pelos fazendeiros narcotraficantes.

Por outro lado, os camponeses, desprovidos de terra e trabalho, passam a integrar a guerrilha, que lhes paga uma remuneração equivalente ao dobro do salário mínimo colombiano. Os recursos para isso, por sua vez, são provenientes dos impostos cobrados pelas FARC e pelo ELN aos traficantes e às companhias estrangeiras que operam em territórios sob seu controle, além de recorrerem a outras formas de extorsão, ao seqüestro e à contribuição — voluntária ou forçada — de suas bases sociais.

Portanto, compreender a diferença existente entre o camponês produtor de folha de coca, os narcotraficantes colombianos e o movimento guerrilheiro é um dos aspectos mais importantes para o entendimento da situação na Colômbia, já que a imprensa em geral confunde esses atores.

Uma questão paralela, que tem recebido pouca atenção, é a expulsão dos índios juntamente com os camponeses. Além disso, os índios também alegam que seus territórios — que originalmente não abrigavam plantações de coca — foram indevidamente fumigados com glifosato por aviões americanos desde 1999.

O quadro atual traduz-se, então, em uma guerra entre os setores políticos daquele país, tendo o comércio de cocaína como pano de fundo e principal fonte de renda para uma grande parcela da população colombiana, inclusive os grandes latifundiários.

Hoje, após mais de 40 anos de campanha contra o governo colombiano, a guerrilha tem efetivos militares mais numerosos, armamentos mais abundantes e treinamento mais avançado que as forças governamentais encarregadas da segurança. Apesar disto, e a despeito do seu controle sobre quase metade do país, a guerrilha ainda não possui força militar nem apoio popular para derrubar o governo. Este, por seu lado, não pode ignorar a guerrilha, e trata de negociar com seus líderes, ao mesmo tempo que estabelece alianças reacionárias destinadas a fortalecer-se diante desses opositores.

4. RÁPIDO HISTÓRICO DO PLANO COLÔMBIA

Em sua formulação original, o Plano Colômbia era muito diferente do que veio a ser anunciado 18 meses mais tarde.

> A data da primeira referência ao Plano Colômbia é dezembro de 1998. Em sua formulação original era muito diferente do que veio a ser anunciado 18 meses mais tarde. Na concepção inicial, correspondia a uma espécie de pauta do governo para restabelecer a ordem e a segurança interna no país³. As primeiras idéias do plano, ventiladas em 1998 por Andres Pastrana e o ex-Ministro das Relações Exteriores Augusto Ramirez Ocampo, privilegiavam negociações com os principais grupos guerrilheiros do País. A partir do entendimento entre governo e guerrilhas, seriam então desenvolvidos projetos mútuos para reabilitar as zonas mais atingidas pela violência e gradualmente eliminar a produção de cocaína e papoulas de ópio através de atividades econômicas alternativas.⁴ Previa-se inicialmente, além da participação dos grupos guerrilheiros, o envolvimento das comunidades locais de camponeses e indígenas na recuperação econômica de suas regiões. O aumento de gastos militares nem era mencionado nas versões originais do plano.

Desde que assumiu a presidência da Colômbia em agosto de 1988, Andres Pastrana vinha tentando, sem muito sucesso, levantar fundos no exterior para o Plano Colômbia. Somente no ano seguinte, quando da visita do vice-secretário de Estado Thomas Pickering ao País, o governo norte-americano passou a interessar-se pela idéia de levantar recursos para uma ajuda econômica substancial ao governo colombiano. Havia motivos para tal: o processo de paz entre guerrilha e governo estava praticamente paralisado, a violência alastrava-se pelo interior do País e a produção de drogas continuava

3 - www.alomundo.com.br/sf/sf2001/286jan/colombia.htm

4 - Segundo Andres Pastrana declarou em 1999, "a guerrilha participou do desenvolvimento, elaboração e execução do Plano Colômbia." Ver *El Espectador*, "El Plan Colombia sobre la mesa", 6/1/99

O Plano Colômbia foi lançado pelos Estados Unidos como um conjunto de ações de ajuda ao combate do narcotráfico na Colômbia.

> aumentando. Thomas Pickering, entretanto, condicionou a ajuda econômica norte-americana à elaboração de uma estratégia bem definida e abrangente para o combate ao narcotráfico. O Plano Colômbia foi então ressuscitado, mas com alterações significativas, como a introdução de um enorme componente militar e policial na estratégia antidrogas.

O novo Plano Colômbia saiu finalmente do papel quando um pacote de ajuda financeira de US\$ 1,32 bilhão foi aprovado em junho de 2000 pelo Congresso norte-americano e sancionado em lei pelo Presidente Clinton no mês seguinte.

Logo em seguida, em 31 de agosto de 2000 — simultaneamente à realização da Cúpula de Brasília, reunindo os dirigentes dos países sul-americanos —, o Plano Colômbia foi lançado pelos Estados Unidos como um conjunto de ações de ajuda ao combate do narcotráfico na Colômbia. Há analistas que associam os dois eventos, sustentando que o significado desta iniciativa consiste não apenas no combate ao narcotráfico e na consolidação da presença militar americana na região.

No entender de alguns, esta conjunção expressaria os seguintes objetivos: (a) proporcionar ao governo Clinton argumentos para responder as críticas republicanas à sua suposta falta de iniciativa em relação à América Latina e ao narcotráfico; (b) demonstrar aos países da região que o governo americano está atento à evolução dos acontecimentos para apoiar os aliados e coibir os desvios. Neste último sentido, preocupariam aos EUA as crises de governabilidade e o risco de esgotamento da estabilidade política e econômica em alguns países; e, em outros, a tendência à adoção de políticas de relações exteriores marcadas pela autonomia, pelo nacionalismo e pelo terceiro-mundismo⁵.

Em termos bastante concretos, algumas análises sustentam que o governo americano preocupa-se com a autonomia do governo venezuelano, baseada em armas, votos e petróleo; o crescimento dos movimentos indígena e camponês no Equador; a reação popular contra Fujimori no Peru; a Bolívia sem Hugo Banzer; o Panamá sem a sua própria presença na Zona do Canal; o crescimento do PT e do MST no Brasil, acompanhado do desgaste do governo e a reação deste no sentido de tender a alterar os seus rumos no plano internacional.

Grande parte da polêmica em torno do Plano Colômbia resulta de sua má divulgação.

5. A POLÊMICA EM TORNO DAS CONSEQUÊNCIAS DO PLANO

> Para Andrés Jose Soto Velasco, diretor da unidade Justiça e Defesa do Ministério da Administração e Planejamento da Colômbia, existem três principais visões sobre o Plano. A primeira delas é a mais recente aventura militar dos EUA ao sul da fronteira. A segunda, um novo ingrediente destinado a resolver o conflito interno existente no País. E por último, uma política que irá transbordar e espalhar a violência e a degradação ecológica associadas ao comércio de drogas.

Para ele, em lugar disto, o Plano Colômbia visa quatro alvos intermediários, e obtém sua sustentação material e financeira do orçamento doméstico do País e de empréstimos e doações da comunidade internacional. A estratégia é dirigida especificamente para: (1) recuperar a economia; (2) reduzir o comércio de drogas, dando outras possibilidades de cultivo aos agricultores; (3) fortalecer o império da lei em áreas de produção de coca; e finalmente, (4) estabelecer condições apropriadas para engajar os diversos atores em um sério processo de negociação. Naturalmente, os países colaboradores escolhem e apóiam de acordo com as prioridades de suas agendas. Por exemplo, os EUA apoiariam o combate ao narcotráfico, enquanto a Europa financiaria o componente social.

▷ Na realidade, grande parte da polêmica em torno do Plano Colômbia resulta de sua má divulgação, deliberada ou não. Primeiramente foi apresentado como uma política doméstica de

>

Alguns sustentam que a implementação do Plano Colômbia resultará em uma variedade de efeitos nocivos para as nações vizinhas.

> restabelecimento da ordem interna e da coesão nacional; depois foi dito que o objetivo era combater a produção de narcóticos; em seguida, transformou-se em uma investida contra guerrilheiros; e por fim caracterizou-se como um plano de pacificação envolvendo interesses internacionais. Além disso, o Plano foi apresentado distintamente para as nações em geral. Dentro dos Estados Unidos, a impressão que se tinha era que o seu objetivo seria servir como meio de combate direto ao narcotráfico. Já na Europa foi apresentado como uma política de direitos humanos e inversão social. Essas inconsistências levaram o continente europeu e o Japão a retirarem seu apoio ao Plano.

Os dados apresentados sobre o montante de recursos destinados a cada finalidade também são contraditórios. Acredita-se que a maior parte será investida em equipamento militar, em um esforço específico para monitorar o espaço aéreo tentando localizar plantações de cocaína e interceptar aviões repletos com a droga. Porém é de consenso geral entre as nações que a solução mais adequada não é a intervenção militar direta, e sim uma reforma no âmbito do judiciário, o fortalecimento da sociedade civil, a ênfase das instituições governamentais para eliminar a corrupção e permitir uma ação mais eficaz, o compartilhamento de informação dentro das camadas sociais da Colômbia e entre os países envolvidos, e o investimento no cultivo de produtos aceitos pela OMC.

Um outro objeto de polêmica são as conseqüências da implementação do Plano Colômbia, sendo que alguns sustentam que resultará em uma variedade de efeitos nocivos para as nações vizinhas a curto e longo prazo: (1) um grande aumento na quantidade de seqüestros; (2) a emigração dos traficantes para países vizinhos; (3) uma demora na recuperação da economia; (4) perda de controle dos fluxos migratórios de camponeses e indígenas expulsos de suas terras e do seu trabalho; (5) efeitos deletérios da fumigação das plantações sobre a biodiversidade da Amazônia com o uso de glifosato, além dos seus efeitos nocivos à população; (6) acirramento e generalização do conflito; (7) graves violações dos direitos humanos. As nações vizinhas têm recebido a notícia com temor e não são favoráveis à intervenção militar pelos motivos citados e pelo receio do conseqüente aumento das migrações, da violência, e do crime nas suas fronteiras.

Uma das nações que sofrerá impacto considerável com este curso de ação será o Brasil. A fronteira com a Colômbia estende-se por mais de 1.500 Km e faz parte da Floresta Amazônica. Pelo fato de apresentar locais nunca visitados antes e não mapeados, pode servir como refúgio

O interesse dos EUA na região é óbvio.

> para muitos criminosos. Uma conseqüência relacionada a este detalhe é a inclinação americana em penetrar na floresta tropical e lá estabelecer domínio, usando o combate como pretexto para executar uma idéia de ocupação que já data do século XIX.

Neste sentido, é importante chamar a atenção para a posição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que desconsidera a possibilidade de ataques na fronteira e alega que não há risco de utilização de agentes químicos e biológicos de risco potencial para as nascentes dos rios na região. O compromisso brasileiro para com o Plano refere-se a fornecer informação por meio do serviço de inteligência nacional e do SIVAM (Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia). Não se sabe, porém, se o apoio é voluntário ou oferecido por coação americana sob ameaça de divulgar um relatório de violações de direitos humanos no País.

▷ O interesse dos EUA na região é óbvio. Ao internacionalizar o conflito por meio de uma ação militar, torna-se possível exigir a instalação de uma base militar na Venezuela, já que o espaço aéreo deste País não foi liberado para os aviões americanos do Plano Colômbia. Na região de Putumayo há aproximadamente 2,5 milhões de barris de petróleo em reservas e lá está localizada uma extensa rede fluvial sul-americana, que vai permitir a monitoração direta do Peru e do Equador. Se os traficantes atravessarem a fronteira amazônica neste local, os americanos podem se estabelecer em seu interior e começar a explorar o patrimônio da floresta brasileira. A longo prazo, sejam quais forem os propósitos do Plano, poderá haver ganho de privilégios no comércio do petróleo da Colômbia, bem como do ouro, do carvão e das esmeraldas do território.

Esta maneira de entender o Plano é encabeçada por Dom Carlos Maria Ariz, presidente da Cáritas, a Conferência Episcopal do Panamá. Nas suas palavras, “é evidente que os EUA usam agora o tráfico de drogas para intervir no continente”. O Plano Colômbia seria, nesta ótica, parte de uma nova investida dos EUA, que teria por objetivo criar uma nova base militar latino-americana, tendo como inimigo declarado o narcotráfico substituído pelo antigo fantasma do comunismo. O objetivo real, no entanto, seria monitorar o continente para garantir os ajustes necessários a fim de que a história desenvolva-se sem sobressaltos.

Em geral, a oligarquia da Colômbia recebeu com euforia a notícia da chegada americana, e existe uma crença ainda não comprovada de que parte da verba beneficiaria os grupos paramilitares de direita.

PESQUISA INESC: PLANO COLÔMBIA
PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

**O QUÊ O CONGRESSO
NACIONAL PENSA SOBRE**

O PLANO COLÔMBIA



O QUÊ O CONGRESSO NACIONAL PENSA SOBRE O PLANO COLÔMBIA

1. INTRODUÇÃO

>

A pesquisa sobre o Plano Colômbia, realizada pelo jornalista Marcondes Sampaio, junto a 180 parlamentares federais, durante o primeiro semestre de 2001, busca estimar o grau de impacto do tema, o interesse e as tendências políticas do Congresso Nacional sobre a matéria.

A pesquisa está subdividida em sete conjuntos de questões: 1 – a prioridade da questão Amazônica no mandato parlamentar; 2 - o significado do Plano Colômbia; 3 – a possibilidade da ameaça à soberania brasileira; 4 – a avaliação dos programas federais para a região; 5 – as intervenções para o reordenamento territorial da região; 6 – a opinião sobre ONGs nacionais e internacionais; 7 - opinião sobre a função das terras indígenas na Amazônia.

Este artigo vai abordar somente dos três primeiros blocos, onde se concentram as questões sobre o Plano Colômbia. Os demais serão tratados no texto “*O Congresso Nacional e a Amazônia - discursos e práticas políticas*”.

2. DESENVOLVIMENTO

O Brasil foi internacionalmente reconhecido como o País de maior biodiversidade do planeta.

>

▷

Na tabela 1, é significativo o percentual de parlamentares de Blocos políticos opostos¹ que responderam positivamente que os problemas da região amazônica fazem parte de suas preocupações (46%, governo e 57%, oposição). A Amazônia vem ocupando um espaço crescente nos mandatos federais, desde que o Brasil foi internacionalmente reconhecido como o País de maior biodiversidade do planeta, que detém 22% das espécies vivas do mundo, 20% da água doce disponível do planeta. Na era da biotecnologia, esse capital genético é formador de futuro. O Ibama, por exemplo, estima que a biodiversidade brasileira vale cerca de R\$ 4 trilhões, quatro vezes mais do que o PIB nacional. Apesar do crescente interesse dos parlamentares demonstrado nos dados da pesquisa, os três projetos de lei que regulam o acesso à biodiversidade estão com suas tramitações paralisadas. O projeto da Senadora Marina Silva (PT-AC) cujo substitutivo, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) foi aprovado por unanimidade pelo Senado Federal, está tramitando no Parlamento desde 1995. Em 1998, a Bancada do Governo na Câmara dos Deputados não permitiu que fosse criada uma Comissão Especial para relatar esses três projetos, todos parados: o da senadora Marina Silva, o do Deputado Jaques Wagner e o do Executivo.

Nas tabelas do segundo conjunto de perguntas (2.a à 2.e), que questionam o significado do Plano Colômbia, a Oposição interpreta o Plano como uma intervenção com fins geopolíticos (2.b; 100%), enquanto a maioria do Governo prefere entendê-la como um combate às drogas (2.d; 80%). Essa interpretação causa impacto na postura dos congressistas diante de um conflito que tem um custo total avaliado em US\$ 3,5 bilhões, um poderio tecnomilitar de ponta e onde cerca de 10.000 paramilitares desempenham a função de limpeza social de ativistas contrários ao governo. Talvez, esse olhar diverso, entre Governo e Oposição, seja um dos motivos pelos quais os parlamentares não têm debatido esse tema nas Comissões de Relações Exteriores, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Apesar da interpretação apontada acima, as três primeiras questões (2.a, 2.b e 2.c) são correlatas, pois tratam do tema da

>

1 - Bloco do Governo: PSDB-PMDB-PFL-PPB-PTB-PL e Bloco de Oposição: PT-PSB-PDT-PPS-PCdoB.

A maioria dos parlamentares optou pelas respostas que indicam um conluio secreto, uma trama por trás das intenções norte-americanas.

- >
- ▷ intervenção e da ocupação da Amazônia pelos EUA. Neste conjunto, é revelador que a maioria dos parlamentares optou pelas respostas que indicam um conluio secreto, uma trama por trás das intenções norte-americanas. A maioria dos parlamentares de ambos os Blocos confirmou que o conflito tem objetivos geopolíticos (2.b; 63%, governo e 100%, oposição) e pode indicar o início de uma escalada para ocupação da Amazônia (2.c; 46%, Governo e 74%, Oposição). Essa interpretação sustenta-se, em grande parte, na teoria conspiratória da sociedade. Como diz Karl Popper, “lembra a teoria de Homero, que concebia os poderes divinos de tal forma que o que quer que acontecesse na planície de Tróia refletia sempre as várias conspirações urdidas no Olimpo²”. Essa teoria muito propagada, mas que contém muito pouca verdade, por ser uma das teorias mais primitivas entre todas as modalidades do teísmo, fundou e ainda alimenta boa parte do imaginário político ocidental, tanto de esquerda quanto de direita. Mesmo fundada nessa premissa, o temor
- >

2 - Karl Popper, *Conjecturas e Refutações*, Editora UnB, 1994, p. 150.

Não existe nenhuma dúvida de que a elite colombiana e os setores da classe média alta estão a favor de uma maior, e cada vez mais direta, intervenção militar dos EUA.

> dos congressistas justifica-se diante do primeiro parágrafo do documento Santa Fé IV³, editado em 2000, que ao se referir à questão de segurança nacional dos EUA, destaca o “papel do corpo militar norte-americano na educação e treinamento dos militares dos países vizinhos no hemisfério”.

A força da interpretação conspiratória aplicada no Brasil não perde sua força e recoloca-se na pergunta sobre as alianças entre classes dominantes da Colômbia e o setor militar dos Estados Unidos (2.e). Aqui, somente 25% do governo e 17% da oposição não acreditam nesta aliança político-estratégica. O economista e historiador James Petras, membro do Tribunal Bertrand Russell dos Direitos Humanos e colaborador de *New Left Review* e *Le Monde Diplomatique*, afirma que “não existe nenhuma dúvida de que a elite colombiana e os setores da classe média alta estão a favor de uma maior, e cada vez mais direta, intervenção militar dos EUA.”

O terceiro conjunto de perguntas (3.a à 3.d), centra-se na ameaça à soberania do Brasil. O governo e a oposição concordam majoritariamente que o conflito pode representar uma ameaça futura

>

3 - O Grupo de Santa Fé/EUA e a Heritage Foundation, em 1980, elaboram para o governo Ronald Reagan o documento “Santa Fé I”, que dispunha sobre as relações dos Estados Unidos com América Latina. Ao final de 2000, o documento foi rescrito como “Santa Fé IV: *América Latina Hoje*”.

A discordância quanto à possibilidade de o conflito colombiano ser uma ameaça imediata revela uma oposição fragilizada.

> à soberania do País (3.b; 58%, governo e 92%, oposição). Esta postura de precaução dos congressistas é alterada diante da questão que indaga sobre a possibilidade do Plano Colômbia tornar-se uma ameaça imediata (3.a; 71%/Não, governo e 54%/Sim, oposição). Como a preocupação com a soberania nacional afeta ambos os blocos, a pesquisa permite-nos deduzir a existência de espaços institucionais de diálogo que podem ser ativados. Tal iniciativa representaria o resgate do Poder Legislativo como instrumento de intervenção, fiscalização e formulação de políticas internacionais, que possam resguardar o País dos efeitos do Plano Colômbia.

▷ A discordância quanto à possibilidade de o conflito colombiano ser uma ameaça imediata revela uma oposição fragilizada, pois 40% dos opositoristas não acreditam, e 6% não sabem. A maioria dos parlamentares, portanto, avalia que o Plano Colômbia é um conflito de baixa intensidade. As respostas permitem estimar que existe um entendimento parlamentar que há uma guerra de desgaste liderada por Washington, que a exemplo dos anos 80, custou mais de 200.000 mortos na Guatemala, 75.000 em El Salvador e pelo menos 50.000 na Nicarágua, mas que não há, de imediato, uma ofensiva de tropas colombianas e norte-americanas em curso, que possa colocar em risco a soberania do Brasil.

Nestas questões o conceito de soberania vai além do territorial e estende-se sobre a biodiversidade e o populacional, detendo-se, em especial, nos povos indígenas da Amazônia.

Apesar de haver concordância entre os Blocos políticos quanto ao fato de que as populações indígenas sofrerão forte impacto com os desdobramentos do Plano Colômbia (3.c; 44%, Sim/governo e 86%, Sim/oposição), é surpreendente o número de parlamentares que avaliam que os povos indígenas não serão ameaçados física e culturalmente (41%, Não/governo e 12%, Não/oposição). O percentual de 12% da oposição torna-se exponencial se voltarmos os olhos ao processo constituinte de 1988, quando as forças políticas reconheceram “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (art. 231, Constituição Federal).

O fato de 41% de parlamentares do governo avaliar que os índios não sofrerão nenhum impacto com o Plano Colômbia não é surpresa depois do lobby oficial para aprovação do Código Florestal e da edição da Medida Provisória (MP), que regulamenta o acesso

Desde a fumigação dos campos do Resguardo Indígena de Aponte, 80% das crianças da comunidade têm adoecido.

> aos recursos genéticos e biológicos. Se não impera, com a mesma força, a mentalidade de que as terras indígenas são um obstáculo ao desenvolvimento (8.a), vigora a necessidade de torná-las produtivas — no sentido de produzir para o mercado e não para a comunidade.

A análise sobre a questão da ameaça à biodiversidade da região (3.d), segue no mesmo rumo. A maioria dos parlamentares dos Blocos reconhece a ameaça (53%, governo e 90%, oposição). Um percentual expressivo, 38% dos governistas e 9% da oposição, não reconhece, mesmo tendo acesso a informações de que as fumigações com glifosato, utilizadas pelos norte-americanos para erradicar as plantações de coca, estão colocando em risco as lavouras de alimentos e atingindo fisicamente as famílias camponesas e indígenas. O jornal holandês *NRC Handelsbla*, publicou, em dezembro, uma entrevista com o médico José Tordecilla, do Centro de Saúde de Aponte. Nela, Tordecilla declara que “desde a fumigação dos campos do Resguardo Indígena de Aponte, 80% das crianças da comunidade têm adoecido. Isto é um drama médico: erupção, febre, diarreia e infecções oculares — começaram depois da fumigação, porque antes dessa época somente cerca de 10% das crianças apresentavam enfermidades normais como gripe ou as dos olhos”. Esses produtos químicos usados como ataque biológico podem contaminar, também, os rios que descem da cordilheira colombiana para o Brasil.

▷ No último conjunto de questões (4.a à 4.f), os parlamentares são questionados sobre que tipo de participação do Brasil, eles admitem, no conflito colombiano. Neste conjunto, há um consenso no que se refere à ajuda operacional (4.a; 94%, governo e 81%, oposição) e apoio técnico, com envio de especialistas em combate às drogas (4.b; 76%, governo e 63%, oposição) e envio de especialistas em lavouras alternativas às de coca e papoula (4.c; 70%, governo e 66%, oposição). No Bloco de Oposição existe uma maior resistência, que chega a um terço do percentual majoritário (4.b; 37% “Não” e 4.c; 34%, “Não”), talvez porque esse grupo identifique no conflito um plano geopolítico dissimulado e não uma atividade de combate às drogas (2.d), quando uma readaptação econômica alternativa, como substituição de lavouras, poderia equacionar a questão.

Há, igualmente, um consenso em aumentar as tropas nas fronteiras (4.f; 87%, governo e 77%, oposição). As Forças Armadas

Entre os parlamentares, é reconhecida a força do lobby militar, que tem garantido um crescente fluxo de recursos orçamentários a este setor.

- > têm convidado os congressistas, com regularidade, a visitarem as
- ▷ guarnições nas áreas de fronteira. Entre os parlamentares, é reconhecida a força do lobby militar, que tem garantido um crescente fluxo de recursos orçamentários a este setor. De acordo com o INESC, *“durante o ano de 2000, o orçamento militar recebeu um acréscimo de 314% de recursos suplementares, passando de R\$ 173 milhões para R\$ 731 milhões, concentrados no Programa SIVAM, tornando-se a linha orçamentária para a Amazônia com maior gasto absoluto e efetividade orçamentária (93% dos recursos disponíveis foram gastos). Deve-se ressaltar que cerca de 80% dos gastos militares na Amazônia, em 2000, foram oriundos de empréstimos externos. O significativo incremento dos recursos militares evidenciam, assim, uma forte tendência de aumento da militarização na região como resultado da tensão provocada pelo Plano Colômbia na região amazônica, como pode ser visto pelo Programa de Proteção da*

>

De acordo com os dados oficiais, o custo de implantação do Projeto SIVAM é de US\$ 1,395 bilhão.

> *Amazônia (SIVAM) que somente em 2000 gastou o dobro do previsto no PPA 2000-2003 (Avança Brasil) para o quadriênio⁴.*

O percentual de parlamentares que resiste à demanda militar (4.f; 13%, governo e 23%, oposição), apesar de não ser expressivo, é significativo diante da pressão desse setor por verbas para a Amazônia. O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, encaminhou ao Congresso Nacional um pedido de verba suplementar para aumentar o número de militares na fronteira amazônica. O Exército conta com 22 mil homens distribuídos nos seis estados da região Norte e o reforço faz parte do plano de combate ao narcotráfico na região. Muitos parlamentares têm posição contrária à concentração de efetivos, pois acreditam que a alternativa para o controle da fronteira não passa pelo aumento das tropas, mas pela capacidade tecnológica implantada e intensificação das relações entre o Estado e as populações fronteiriças.

Quanto à questão de disponibilizar o Sistema de Vigilância da Amazônia-SIVAM (4.d), para que gere informações às tropas colombianas e norte-americanas em confronto com as Forças Armadas Colombiana (FARCs) e com os narcotraficantes, os Blocos políticos dividem-se em percentuais semelhantes. A oposição fracionou-se pela metade (50% Sim e Não), enquanto que o governo, mesmo apresentando uma maioria de 55% (Sim), apresenta uma resistência considerável, 45% (Não). Este fracionamento, provavelmente, é o resultado de informações insuficientes sobre como se processam os dados no SIVAM.

▷ De acordo com os dados oficiais (www.sivam.gov.br), o custo de implantação do Projeto SIVAM é de US\$ 1,395 bilhão. Deste total, US\$ 1,285 bilhão destina-se a equipamentos e serviços e US\$ 110 milhões a obras civis. Tal montante é integralmente financiado por meio de cinco contratos firmados pelo Brasil com o Banco do Brasil/Eximbank-EUA (US\$ 1,022 bilhão), o Raytheon Credit Facility Company-EUA (US\$239,2 milhões), SIVAM Vendor's Trust-EUA (US\$ 48 milhões) e SEK/EKN-Suécia (US\$ 85 milhões). O Orçamento da União para o Projeto SIVAM, em 2000, foi de R\$ 175,4 milhões. Em 2001 subiu para R\$ 356,5 milhões e, este ano, sofreu um corte orçamentário, caindo para R\$ 90,1 milhões (- 75%).

4 - Nota Técnica n.º 44, Gastos Públicos do Governo Federal na Amazônia Legal: defesa, desenvolvimento e meio ambiente", Hécio Marcelo de Souza, INESC, 2001.

Boa parte dos parlamentares está indecisa sobre quais serão os efeitos do Plano Colômbia para a sociedade brasileira.

3. CONCLUSÕES

>

A partir dos dados da pesquisa, fica evidente que a discussão sobre os efeitos do Plano Colômbia para o Brasil ainda é incipiente no Congresso Nacional. Os parlamentares, talvez por não terem uma orientação partidária clara sobre quais serão os desdobramentos geopolíticos, ambientais, sociais e econômicos para o Brasil e para a América Latina, não desempenham seus mandatos com a qualidade desejada sobre os assuntos internacionais.

Os congressistas, que responderam à pesquisa, mostraram-se seguros de que o Plano Colômbia tem como base de sustentação a aliança entre a classe dominante colombiana e setores militares norte-americanos e do complexo industrial armamentista. Avaliam, também, que o confronto militar gestado por esta aliança de interesses, não é uma ameaça imediata à soberania brasileira. Os parlamentares aceitam, até mesmo, a possibilidade da crise vir a ser uma ameaça futura, mas não utilizam os instrumentos institucionais do Poder Legislativo para se informar oficialmente, intervir, fiscalizar e resguardar o País das conseqüências de uma intensificação do confronto colombiano.

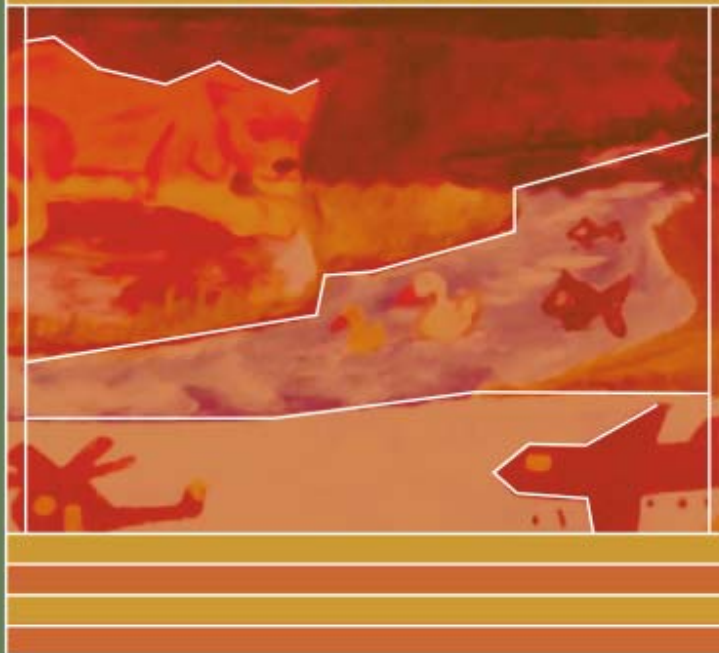
▷

De acordo com os dados pesquisados, boa parte dos parlamentares está indecisa sobre quais serão os efeitos do Plano Colômbia para a sociedade brasileira e para a biodiversidade da região amazônica. Isso mostra o quanto é necessário iniciar um debate interno, que possa ser compartilhado com outros parlamentos latino-americanos. O Congresso Nacional, em especial as Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, devem pautar esse debate e enfrentar a discussão. Essa seria uma contribuição valiosa do Parlamento para os processos de paz na América Latina e Central.

PESQUISA INESC: PLANO COLÔMBIA
PERSPECTIVAS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

**O CONGRESSO NACIONAL
E A AMAZÔNIA:**

**DISCURSOS E PRÁTICAS
POLÍTICAS**



O CONGRESSO NACIONAL E A AMAZÔNIA: DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS

>

É secular, no Parlamento brasileiro, o debate sobre a região amazônica. Em 1826, ano de criação do Senado do Império, a Comissão de Comércio rejeitou proposta norte-americana de monopólio na exploração da navegação a vapor no rio Amazonas e seus afluentes. Em parecer assinado pelos Viscondes de Barbacena e Maricá e pelo Barão de Cairú, o projeto foi considerado “*contrário aos interesses nacionais*”¹. A Amazônia, sua imensidão e “despovoamento”, foi objeto de preocupação em todas as discussões parlamentares que acompanharam o processo de expansão e fixação de nossas fronteiras², embora a maior preocupação geopolítica do Império e da República tenha sido a região do Prata. A partir da década de sessenta, em decorrência da política dos militares para a região, o Congresso Nacional passou a discutir temas como colonização, reforma agrária e incentivos fiscais.

A pauta política em relação à Amazônia foi bastante ampliada com a redemocratização do País e com as articulações e pressões em torno da Constituinte. Pela primeira vez a idéia de “vazio demográfico” foi contestada de fato e fizeram-se ouvir no Parlamento as vozes de índios, posseiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, descendentes de quilombolas e demais representantes da

>

1 - Além de ser incompatível com nossa legislação, a proposta insinuava que a navegação do Amazonas era desconhecida e não praticada por brasileiros. Sobre o episódio, ver “O Amazonas e a cobiça internacional”, de Amado Luiz Cervo, publicado no livro *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília, EDUNB, 1981. pp. 36-37.

2 - Sobre o assunto, ver *Breve genealogia sobre os estudos de Fronteiras & Limites no Brasil*, de minha autoria, apresentado no Seminário Latino-americano Antropologia em Fronteiras, realizado de 25 a 26 de outubro de 1999, no CEPPAC, UnB.

A pesquisa realizada pelo INESC buscou fazer um *raio-x* das representações políticas do Congresso Nacional sobre a Amazônia.

> população tradicional da região. Outro grande marco foi, sem sombra de dúvidas, a Rio 92³, que concretizou na relação de interlocução com o Poder Legislativo um ator até então pouco conhecido: as organizações não-governamentais (ONGs). Hoje, temos no Parlamento brasileiro uma pauta política sobre a Amazônia que contempla desde a permanência de antigas discussões sobre vigilância e soberania até temas mais complexos, como aqueles referentes ao patenteamento e a biossegurança.

▷ A pesquisa realizada pelo INESC no primeiro semestre de 2001 buscou fazer um *raio-x* das representações políticas do Congresso Nacional sobre a Amazônia. Na elaboração das questões, foi levada em consideração a produção legislativa recente em relação à região. Apenas em termos de proposições de autoria de parlamentares, tramitavam no final de 2001, no Congresso Nacional, 133 matérias sobre a Amazônia, versando sobre temas que iam da criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia à revisão do processo de demarcação de áreas indígenas, passando pela atuação de organizações não governamentais, criação de novos estados e territórios, permissão de mineração em áreas indígenas, alterações no Código Florestal, compra de terras por estrangeiros e exploração e comercialização de plantas e material genético.⁴

Além disso, duas comissões parlamentares de inquérito aprovadas pelo Senado Federal referem-se à região: a CPI destinada a “apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação de organizações não-governamentais - ONGs”⁵ e a CPI destinada a “investigar as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente na Faixa de Fronteiras”⁶. Na Câmara dos Deputados, está em funcionamento a “CPI do SIVAM” e foram recentemente

3 - Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

4 - Também são vários os projetos sobre desenvolvimento regional; exportação e comercialização de madeira; criação de distritos agropecuários; criação e ampliação de zonas francas ou áreas de livre comércio; regras para concessão de incentivos fiscais; entre outros

5 - Já instalada.

6 - Ainda não instalada, em fase de designação de membros. Trata-se de CPI aprovada as pressas, para impedir a criação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção no Executivo federal. Na justificativa do requerimento de criação da CPI, duas Terras Indígenas aparecem com destaque, a Yanomami e na Raposa-Terra do Sol.

**A reforma agrária
efetuada desde os
anos 70 é uma das
principais causas da
devastação ambiental
na Amazônia.**

> encerrados os trabalhos da “CPI da FUNAI” e da “CPI da grilagem de terras na Amazônia”.

O resultado da Pesquisa INESC, no geral, coincide com as preocupações demonstradas pelos parlamentares na elaboração de suas propostas legislativas, embora algumas surpresas tenham surgido. Questionados inicialmente sobre a prioridade da questão amazônica para seu mandato (tabela 1), 46% dos parlamentares da base governista e 57% da oposição colocaram-na em primeiro lugar, num total de 49% das respostas. Mesmo levando em consideração a indução resultante da pergunta, trata-se de índice bastante alto, que traduz uma preocupação nacional com a região amazônica que provavelmente não se verificaria para outras regiões, com exceção talvez do Nordeste, por suas particularidades no que tange a problemas sociais e climáticos.

Em relação às intervenções mais importantes para o reordenamento territorial da Amazônia, a partir das possibilidades apresentadas pelos entrevistadores, em primeiro lugar, para ambos os blocos, apareceu a elaboração de um modelo específico de reforma agrária para a região (tabela 6g - 63% dos entrevistados do governo e 73% da oposição). O fato de 119 congressistas (75 do bloco majoritário e 44 da oposição) demonstrarem esta preocupação provavelmente tem ligação com o polêmico relatório final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que analisou a atuação das empresas madeireiras na Amazônia. Este afirma que a reforma agrária efetuada desde os anos 70 é uma das principais causas da devastação ambiental na Amazônia⁷. O relatório suscitou um profícuo debate — dentro e fora do Parlamento — entre defensores da reforma agrária e ambientalistas. O resultado da pesquisa INESC demonstra que tal

>

7 - Sobre este relatório e o debate que resultou, entre agrários e ambientalistas, ver Movimentos sociais de luta pela terra e movimentos ambientalistas: entre pedras e flores da terra, de Henrique José Antão de Carvalho. Brasília, UNB, Departamento de Ciência Política, 2001.

A “CPI das ONGs” tem na denúncia de compra de terras na Amazônia por entidades estrangeiras seu grande trunfo político.

> polêmica teve ressonância para além dos grupos diretamente envolvidos (“parlamentares agraristas” ou “parlamentares ambientalistas”). Além disso, os parlamentares da bancada ruralista, tradicionalmente anti-reforma agrária, podem ter escolhido este quesito por apostarem nas tensões entre setores progressistas na definição de um modelo amazônico de reforma agrária. O tema também está ligado aos debates sobre mudanças no Código Florestal e aparece em projetos ora em tramitação que dispõem sobre o cultivo de florestas em assentamentos; sobre a obrigatoriedade de realização de estudo prévio de auto-sustentabilidade para implantação de assentamentos e que determinam a desapropriação, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais nas quais tenha sido feito uso de fogo nas florestas.

A proibição de compra de terras por estrangeiros aparece em segundo lugar, no cômputo geral (Tabela 6d - 42% do governo e 50% da oposição). Trata-se de questão que mobiliza tanto os parlamentares de oposição quanto da situação. Vale lembrar que a preocupação com a internacionalização da Amazônia, bandeira de luta de setores conservadores, também apaixona, com prerrogativas diversas, grande parte dos parlamentares de esquerda e centro-esquerda. Isto não se traduz, no entanto, em termos de proposituras legislativas. Embora tramite na Câmara de Deputados projeto que dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira (já com parecer favorável na Comissão de Agricultura), projetos similares foram arquivados em 1995 e 1997.

▷ A “CPI das ONGs”, no entanto, tem na denúncia de compra de terras na Amazônia por entidades estrangeiras seu grande trunfo político.

Surpreendentemente, em terceiro lugar, aparece a ampliação das unidades de conservação ambiental (Tabela 6b - 45% dos entrevistados do governo e o mesmo percentual da oposição), o que não coincide com as matérias em tramitação sobre o tema. Embora tramite no Senado Federal projeto conhecido como “FPE Verde”, que prevê compensação para os Estados que tiverem em seu território unidades de conservação ambiental, com um repasse maior dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE), a prática legislativa nesta área tem sido conformada, de fato, por projetos da bancada ruralista que buscam condicionar a demarcação das unidades de conservação à existência de Zoneamento Ecológico-Econômico. Desta forma, os poderes locais — muitas vezes ligados aos setores madeireiro e ruralista — vão poder atuar mais

Há uma ofensiva parlamentar muito grande no sentido de criar novos estados e territórios na Amazônia Legal.

- > diretamente, dificultando o processo. A posição da maioria dos integrantes da Comissão Mista do Congresso Nacional que examina alterações no Código Florestal, de perfil ruralista, é igualmente de flexibilizar os percentuais de reserva legal via ZEE. Enquanto o Ministério do Meio Ambiente propõe que os percentuais sejam considerados por bioma (80% na floresta amazônica, 35% no cerrado e 20% nos demais biomas), os ruralistas propõem que o ZEE seja feito por propriedade, permitindo a supressão de até 100% de sua cobertura vegetal, uma vez comprovada a aptidão agrícola da terra.

Em termos proporcionais, as propostas com maiores divergências entre a oposição e o bloco majoritário dizem respeito à criação de novos Estados e territórios (Tabela 6a) e a revisão da demarcação de terras indígenas (Tabela 6f). O primeiro item (novos Estados) recebeu respostas favoráveis de 48% dos parlamentares do governo e de 19% dos congressistas da oposição. Há uma ofensiva parlamentar muito grande no sentido de criar novos estados e territórios na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo em que foi aprovada

>

A ofensiva conservadora contra as terras indígenas é imensa.

> no Senado Federal a constituição de uma Subcomissão Temporária Interna para estudar a Redivisão Territorial dos Estados Brasileiros e do DF, tramitam nas duas casas projetos de decreto legislativo convocando plebiscitos para a criação dos estados do Araguaia, Mato Grosso do Norte e Maranhão do Sul e dos territórios federais do Rio Negro, Solimões, Juruá, Tapajós e Oiapoque⁸.

▷ A revisão das demarcações de terras indígenas foi defendida por 38% dos parlamentares do bloco governista e por apenas 10% da oposição. A ofensiva conservadora contra as terras indígenas, tanto de parte de ruralistas quanto de políticos ligados a poderes locais da região amazônica, é imensa. Além de projetos sustando a demarcação de áreas indígenas específicas, estão em tramitação proposituras que determinam que dependerá de autorização do Congresso Nacional a demarcação de novas terras indígenas e a alteração dos limites das já existentes ou que condicionam tais processos à existência de ZEE. A bancada ruralista está apoiando uma proposta de emenda à Constituição que obriga a União a pagar indenização ao possuidor de títulos de propriedade incidentes sobre terras indígenas considerados de “boa fé”. Também defende a alteração do Decreto Lei 1175/96, que determina as etapas necessárias à demarcação. Na mesma linha funcionou a “CPI da Funai” e pretende funcionar a CPI criada para investigar “as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente na faixa de fronteira”. Ainda em relação ao tema, tramitam diversos projetos permitindo a mineração em áreas indígenas. A proposta de novo Estatuto das Sociedades Indígenas e a Convenção 169 da OIT, potencialmente benéficas para as sociedades indígenas, estão em discussão no Congresso desde 1991 e 1992, respectivamente, com lenta tramitação.

Foi também solicitada aos congressistas uma avaliação da atuação do governo federal na Amazônia Legal. A grande maioria dos parlamentares criticou o governo em praticamente todos os itens

>

8 - Neste único caso, o PDL é assinado por parlamentar do bloco de oposição.

O governo federal foi responsabilizado por não investir na região.

- > listados pelos pesquisadores. Os índices mais elevados de inconformismo — soma das respostas “insatisfatório” com “não saiu do papel” — referem-se ao desenvolvimento do ecoturismo (Tabela 5e - 84% do governo e 74% da oposição); à integração da Amazônia aos mercados nacionais (Tabela 5f - 78% do governo e 75% da oposição); à implantação dos sistemas multimodais de transporte (rodovias e hidrovias) na região, com vistas à integração a mercados externos (Tabela 5b - 71% do governo e 70% da oposição); ao desenvolvimento de produtos da floresta tropical obtidos de forma sustentável (Tabela 5d - 78% do governo e 61% da oposição) ao desenvolvimento de produtos da indústria de biotecnologia a partir de recursos genéticos da região (Tabela 5c - 64% do governo e 56% da oposição). Logo a seguir vem a ampliação da fronteira agro-industrial (Tabela 5a - 57% do governo e 47% da oposição), e com o menor — embora muito alto — índice de desaprovação, o estímulo ao desenvolvimento industrial (Tabela 5g - 59% do governo e 60% da oposição). Tais respostas confirmam o que já fora identificado em relação aos principais problemas da Amazônia, quando o governo federal foi responsabilizado por não investir na região.



As terras indígenas foram o tema de uma nova rodada de questões. As respostas, contrariamente ao que vem demonstrando a ação legislativa, já examinada neste artigo, foram bastante positivas em relação à existência e importância destas áreas para a região. Mais de 95% dos entrevistados, dos dois blocos, acham possível conciliar o desenvolvimento regional com o respeito às terras indígenas (Tabela 8e) e 78% dos parlamentares da bancada governista e 92% da oposição acreditam que as áreas indígenas devam ser protegidas como áreas de preservação ambiental e de diversidade étnica (Tabela 8d). Tal unanimidade decresce quando o tema é área indígena como possibilidade de ameaça territorial ao País. Embora 66% dos entrevistados da maioria e 86% da oposição não encarem a dimensão das áreas indígenas como ameaça potencial à soberania nacional, 31% dos parlamentares da maioria e 8% da minoria fazem essa associação (Tabela 8b). Da mesma forma, enquanto 54% dos entrevistados dos partidos governistas e 82% da oposição manifestaram-se contra a abertura da exploração de terras indígenas por empresas privadas, 34% dos parlamentares do bloco majoritário e 11% da oposição consideram correta tal possibilidade (Tabela 8c). A maior divergência de posições deu-se no quesito sobre se as terras indígenas constituem-se em obstáculo ao



Os congressistas têm uma visão a respeito da atuação das ONGs bem mais complexa do que se imagina.

- > desenvolvimento da Amazônia. Embora 53% dos entrevistados da maioria e 88% da oposição não concordem com a afirmativa, 43% do bloco majoritário e 9% da oposição defenderam-na (Tabela 8a). Tais resultados, somados à ação parlamentar contrária às terras indígenas, parecem indicar que o grupo minoritário em relação ao tema é o que vem agindo de forma mais constante e coesa para atingir seus objetivos.

Finalmente, a pesquisa INESC tratou do problema das ONGs que atuam na Amazônia. Os resultados obtidos demonstram que os congressistas têm uma visão a respeito da atuação das ONGs bem mais complexa do que se imagina. Na realidade, 84% da maioria e 89% da oposição responderam que em função de sua diversidade, o papel das ONGs deve ser analisado caso a caso ou por grupos, evitando assim a generalização (Tabela 7a). Chama a atenção que nas demais questões um percentual considerável de entrevistados respondeu “não sabe”. Fica a dúvida se índice tão alto de abstenção representa falta de opinião formada sobre a atuação das ONGs ou dificuldade de

>

Questionou-se se as ONGs (nacionais e estrangeiras) poderiam ser consideradas instrumentos a serviço de interesses contrários aos da Nação.

> posicionamento diante de uma categoria que encobre uma gama de entidades bastante diversificada, que inclui desde aquelas com atuação tradicional na região até as que vêm sendo objeto de denúncias, especialmente estrangeiras.

Questionados se “como regra, a atuação de ONGs internacionais é positiva na defesa dos interesses da Amazônia”, 64% dos parlamentares da maioria e 42% da oposição não concordaram com a afirmativa. Em contrapartida, apenas 16 parlamentares do bloco majoritário (16%) e 17 congressistas da oposição (41%) responderam que as ONGs internacionais são positivas para a região (Tabela 7b). Note-se a divisão interna no bloco de oposição em relação a este quesito. Em outra pergunta sobre as ONGs estrangeiras, a questão foi invertida e o resultado foi que 53 parlamentares da maioria (54%) e 12 da oposição (30%) concordam que, como regra, a atuação dessas é negativa na defesa dos interesses da Amazônia. Discordaram desta afirmativa 24 parlamentares do bloco majoritário (24%) e 21 da oposição (53%) (Tabela 7c).

▷ Questionou-se também se as ONGs (nacionais e estrangeiras) poderiam ser consideradas instrumentos a serviço de interesses contrários aos da Nação: 60% do bloco majoritário respondeu que sim e 61% da oposição respondeu que não (Tabela 7d). Sobre o papel positivo das ONGs no desenvolvimento sustentado da região, 28% do bloco majoritário e 51% da oposição concordaram com a afirmativa mas 52% da maioria e 32% da minoria responderam que não (Tabela 7e). Enquanto 42% da maioria e 15% da oposição afirmaram que as ONGs são prejudiciais ao desenvolvimento da Amazônia, declararam-se contrários a esta afirmativa 36% da maioria e 67% da oposição). Responderam “não sabe” 22% dos entrevistados governistas e 18% da oposição (Tabela 7f).

O último grupo de questões foi sobre a função das ONGs na região. Percebe-se pelas respostas que número significativo de entrevistados do bloco majoritário não concorda que as ONGs cumpram qualquer tipo de papel de controle social das políticas públicas para a Amazônia (53%) (Tabela 7g). Em relação aos demais quesitos, o bloco governista divide-se: em relação à assistência social, 46% dos entrevistados rejeitam a importância da atuação das ONGs no setor mas 40% concordam com sua importância (Tabela 7i); 45% admitem que cumprem um papel importante na defesa dos direitos humanos mas 39% não concordam com esta afirmativa (Tabela 7h). Quanto ao bloco de oposição, houve concordância de mais da metade

Os parlamentares entrevistados foram instados a listar as três ONGs de atuação positiva e negativa na região amazônica.

> de seus integrantes quanto à importância do papel das entidades em relação ao controle de políticas públicas (56%- Tabela 7g), assistência social (53% - Tabela 7i) e direitos humanos (66%- Tabela 7h). Os demais dividiram-se entre as respostas “não” e “não sabe”.

▷ No final da pesquisa, os parlamentares entrevistados foram instados a listar as três ONGs de atuação positiva e negativa na região amazônica. Como as citações foram bastante diversificadas, essas respostas não foram traduzidas na forma de tabelas. Limitamo-nos a apresentar os dados obtidos. Observa-se que, apesar da resistência verificada ao papel das ONGs, notadamente entre o bloco majoritário, poucos parlamentares citaram nominalmente as organizações que consideram de atuação negativa. Da base governista, 28 parlamentares fizeram-no, sendo que receberam maiores indicações a WWF⁹ (7 referências), o Greenpeace¹⁰ (6 citações) e a Comissão Pró-Yanomami- CCPY (4 votos). As duas primeiras têm tido uma posição firme diante das irregularidades na exploração e exportação de madeira, contrariando os setores ruralistas e madeireiros. Além disso, são notoriamente de origem estrangeira, o que permite uma crítica fácil, embasada em preceitos nacionalistas. A CCPY tem como atividade apoiar os índios Yanomami na defesa de seu meio ambiente e no direito ao uso auto-sustentável das terras que ocupam

>

9 - Atuando no país desde 1971, o WWF-Brasil é uma organização não-governamental brasileira que integra uma das maiores redes mundiais de conservação da natureza. A história da organização começou com o apoio ao Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado, no Rio de Janeiro. Mas foi na década de 80, com o apoio ao Projeto Tamar e outras iniciativas, que o trabalho do WWF-Brasil começou a tornar-se mais conhecido. Até 1989, diferentes organizações nacionais da rede WWF financiavam diretamente projetos desenvolvidos por instituições, ou estudantes e profissionais brasileiros. E em 30 de agosto de 1996 foi criado o WWF-Brasil, com a posse do primeiro Conselho Diretor, formado por representantes do empresariado, ambientalismo e outros setores da sociedade brasileira. A entidade foi aberta à participação de interessados em apoiar as atividades de conservação e hoje já são mais de 5 mil afiliados em todo o País. O WWF-Brasil executa atualmente cerca de 60 programas e projetos em parceria com ONGs regionais, universidades e órgãos governamentais. Desenvolve atividades de apoio à pesquisa, legislação e políticas públicas, educação ambiental e comunicação. Além disso, há também os projetos de campo voltados para a viabilização de unidades de conservação, pelo estímulo a alternativas econômicas sustentáveis com a participação das comunidades locais. (Fonte: www.wwf.org.br).

10 - Fundado em 1971 no Canadá, o Greenpeace cresceu rapidamente. Em 1979, sete países já tinham escritórios Greenpeace - e foi necessário criar uma instância internacional de decisão e supervisão. Nascia o Greenpeace Internacional (GPI), sediado em Amsterdã. O papel do Greenpeace Internacional é o de iniciar e coordenar atividades de campanhas e programas. O GPI é financiado por escritórios nacionais que, por sua vez, são financiados por doações individuais de seus sócios e colaboradores. São 2,9 milhões de sócios em 158 países, 29 dos quais com escritórios nacionais do Greenpeace, inclusive o Brasil. (Fonte: www.greenpeace.org.br).

Sete parlamentares da base governista responderam que “todas” as ONGs têm atuação negativa na região.

> tradicionalmente. Quando foi criada, com o nome de Comissão pela Criação do Parque Yanomami, a entidade tinha como principal meta lançar uma campanha nacional e internacional em favor da criação de um parque indígena para cerca de 11 mil índios que vivem nos Estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela. Este trabalho inicial resultou, em 1992, na demarcação da Terra Indígena Yanomami ao norte do Brasil, uma área contínua de 96.649 km². Vimos anteriormente que esta é uma das terras indígenas mais visadas pela bancada ruralista e regional, em termos de proposições legislativas.

▷ Sete parlamentares da base governista responderam que “todas” as ONGs têm atuação negativa na região. Em seguida aparecem o Conselho Indigenista Missionário -CIMI¹¹ (com 2 indicações) e Comunidade Solidária, CTI, Instituto Socioambiental - ISA e Prelazia de Roraima (com 1 voto cada). Dos parlamentares de oposição, 5 apontaram ONGs que consideram de atuação negativa: WWF (2 votos) e Greenpeace, ISA e “missionárias evangélicas”, com 1 voto cada.

Entre as ONGs consideradas como de atuação positiva, 29 parlamentares da base governista posicionaram-se, sendo as mais citadas o Greenpeace (5 citações), os Médicos Sem Fronteiras (3 citações) e WWF (2 citações). Com um voto cada aparecem: Amigos da Amazônia, Amigos da Terra, Ecotrópica, Funatura, GAPA, Irmãzinhas de Jesus, MEVA, Missão Avaris, Missão Evangélica da Amazônia, Missão Kaiová, MNTB, Pastoral da Criança, Pastoral do Índio, RT2 e SOS Mata Atlântica. Quatro parlamentares da base responderam “nenhuma”. Entre os parlamentares de oposição, 20 responderam, e as entidades mais citadas como de atuação positiva na região foram: o Greenpeace (3 votos), e CIMI e Ipam (com 2 votos cada). Com uma referência aparecem: “ambientalistas”; Amigos da Terra; CPT; CTA; FASE; GTA; “grupos de direitos humanos”; “grupos de proteção dos animais”; ISA; República do Pequeno Vendedor; “seringueiros” e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

11 - O Cimi é um organismo da CNBB criado em 1972, com a missão de acompanhar e defender os direitos dos povos indígenas do Brasil (fonte: *site* da entidade www.cimi.org.br)

O que existe é um grupo parlamentar muito forte e atuante, que percebe nas ONGs um obstáculo ao seu projeto político e econômico.

> Note-se a confusão na utilização da categoria “ONG”, incluindo entre as mesmas entidades confessionais e órgãos do governo.

As respostas obtidas na pesquisa INESC e a observação dos trabalhos da CPI das ONGs no Senado Federal demonstram que a avaliação da atuação destas entidades ainda está por ser feita pela maioria dos nossos congressistas. Além dos problemas das diferenciações internas que a categoria encobre, já comentados, o que

▷ existe de fato é um grupo parlamentar muito forte e atuante, formado por ruralistas e representantes dos interesses econômicos locais, que percebe nas ONGs um obstáculo ao seu projeto político e econômico. Faz parte deste projeto a revisão das demarcações das áreas indígenas e das unidades de conservação, de forma a permitir a exploração massiva de madeira e de minérios da região, e a expansão da área agriculturável.

Estes parlamentares, embora não conformem a maioria absoluta no Congresso Nacional, têm um poder de fogo muito grande e conseguem retardar projetos ambientais e aqueles de interesse dos povos tradicionais. Matérias importantes, como o novo Estatuto das Sociedades Indígenas, o novo Código Florestal, a Convenção 169 e a regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade do País, por exemplo, têm como relatores membros destas bancadas. Quando estes parlamentares são os autores dos projetos sobre terras indígenas e unidades de conservação, costumam ser derrotados, na maior parte das vezes pela inconstitucionalidade dos mesmos, mas utilizam a tribuna com veemência, na defesa de seus interesses. Da mesma forma, conseguiram aprovar uma “CPI das ONGs”, embora a mesma não decole, até mesmo por falta de participação dos próprios membros titulares¹².

A pesquisa INESC inovou por trazer à luz a opinião de

>

12 - Tem havido inúmeros adiamentos das sessões de Audiência Pública, por exemplo. Em uma das últimas ocorridas, apenas a Senadora Marina Silva, do Acre, do bloco de oposição, acompanhava a exposição dos convidados.

Nossas elites políticas não se vêem como Estado, a quem transferem a responsabilidade sobre os problemas sociais do País, notadamente pela “falta de vontade política” do mesmo.

> parlamentares que não necessariamente enquadram-se na posição política deste grupo. Quando o questionamento incorporou outros setores do bloco majoritário, tivemos boas surpresas em termos do respeito à biodiversidade e a diferenciação étnica. Da mesma forma, em relação às ONGs há um espaço grande de indefinição que pode pender para um lado ou outro da balança. Em relação ao bloco de oposição, pudemos perceber que não obstante uma maioria que se posiciona a favor da proteção do meio ambiente e das culturas e terras indígenas, existem parlamentares com posições mais próximas àquelas da bancada majoritária. Em relação à questão das ONGs, esta diferença ficou mais patente. Apenas uma pesquisa mais aprofundada poderia levantar o que ocultam tais matizes.

Finalmente, chama a atenção a responsabilidade atribuída ao governo federal pelos problemas da Amazônia, identificada na pesquisa. Em trabalho recente, Elisa Reis¹³ afirma que nossas elites políticas (referindo-se aos parlamentares do Congresso) não se vêem como Estado, a quem transferem a responsabilidade sobre os problemas sociais do País, notadamente pela “falta de vontade política” do mesmo. Uma vez que a “falta de vontade política” (somada a falta de recursos orçamentários) também apareceu na pesquisa INESC como principal problema da Amazônia, pode-se questionar até que ponto esta postura, especialmente quando partindo da base de sustentação do governo, busca legitimar uma isenção que não se traduz, como vimos, nas propostas legislativas apresentadas ou defendidas. Além disso, a denúncia da incapacidade do Estado em resolver os problemas da Amazônia parece não impedir que tal grupo se mobilize junto a esse mesmo Estado para fazer valer seus interesses específicos.

13 - “Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 No. 42. pp. 143-152.



TABELAS

> TABELAS DA PESQUISA

A fim de evitar distorções na interpretação dos dados, o Inesc apresenta as respostas dos parlamentares sob a forma de percentuais. O número de parlamentares que responderam as perguntas está registrado entre parênteses na parte inferior de cada Tabela. Houve um maior número de congressistas da base do governo entrevistados em relação aos de oposição. Isso porque os governistas representam 78% do total dos 594 congressistas (deputados e senadores).

Os percentuais das respostas dos parlamentares do Governo e os da Oposição, expressam valores diferenciados porque remetem a totalidades distintas — circunscritas entre parênteses —, mas denotam tendências de posições políticas importantes. Para o Inesc, o mais importante não são as comparações numéricas, mas as tendências políticas expressas pelos percentuais obtidos na pesquisa. (Fonte: Plano Colômbia, INESC, 2001)

1- DO PONTO DE VISTA DA SOBERANIA, O PLANO COLÔMBIA CONSTITUI?

> TABELA 1 - Prioridade da Questão Amazônica no mandato	Partidos	
	Governo	Oposição
1ª	46%	57%
2ª	18%	28%
3ª	20%	8%
4ª	10%	2%
5ª	7%	6%
TOTAL	100% (101)	100% (53)

2- O PLANO COLÔMBIA REPRESENTA?

> TABELA 2.a - Intervenção militar norte-americana associada aos interesses da indústria armamentista dos EUA	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	32%	79%
Não	39%	19%
Não sei	29%	2%
TOTAL	100% (106)	100% (57)

> TABELA 2.b - Intervenção norte-americana com objetivos geopolíticos de médio e longo prazos	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	63%	100%
Não	18%	0%
Não sei	18%	0%
TOTAL	100% (109)	100% (59)

> TABELA 2.c - Início de uma escalada que visa a efetiva ocupação da Amazônia pelos EUA	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	46%	74%
Não	36%	17%
Não sei	19%	9%
TOTAL	100% (92)	100% (53)

> TABELA 2.d - Preocupação dos EUA com o combate às drogas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	80%	42%
Não	16%	58%
Não sei	4%	0%
TOTAL	100% (104)	100% (53)

> TABELA 2.e - Uma aliança entre a classe dominante colombiana e o setor militar dos EUA para combate às guerrilhas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	60%	79%
Não	25%	17%
Não sei	15%	4%
TOTAL	100% (93)	100% (52)

3 - DO PONTO DE VISTA DA SOBERANIA, O PLANO COLÔMBIA CONSTITUI?

> TABELA 3.a - Ameaça imediata à soberania do Brasil	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	25%	54%
Não	71%	40%
Não sei	4%	6%
TOTAL	100% (96)	100% (52)

> TABELA 3.b - Ameaça ao futuro da soberania nacional do Brasil	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	58%	92%
Não	38%	8%
Não sei	5%	0%
TOTAL	100% (106)	100% (49)

> TABELA 3.c - Ameaça real à integridade física e cultural dos povos indígenas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	44%	86%
Não	41%	12%
Não sei	14%	2%
TOTAL	100% (90)	100% (57)

> TABELA 3.d - Ameaça à biodiversidade da região	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	53%	90%
Não	38%	9%
Não sei	10%	2%
TOTAL	100% (101)	100% (58)

4- QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO PLANO O SR. ADMITE?

TABELA 4.a - Ajuda operacional na fronteira apenas para o combate às drogas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	94%	81%
Não	6%	19%
TOTAL	100% (96)	100% (36)

TABELA 4.b - Apoio técnico, com o envio de especialistas em combate às drogas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	76%	63%
Não	24%	37%
TOTAL	100% (90)	100% (32)

TABELA 4.c - Apoio técnico, com o envio de especialistas em lavouras alternativas às lavouras de coca e papoula	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	70%	66%
Não	30%	34%
TOTAL	100% (74)	100% (32)

TABELA 4.d - Colocação do SIVAM à disposição da Colômbia	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	55%	50%
Não	45%	50%
TOTAL	100% (83)	100% (32)

TABELA 4.e - Envio de tropas para intervenção direta	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	14%	3%
Não	86%	97%
TOTAL	100% (85)	100% (35)

TABELA 4.f - Multiplicação de unidades militares na fronteira e aumento do efetivo de tropas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	87%	77%
Não	13%	23%
TOTAL	100% (100)	100% (39)

5- AVALIAÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS SEGUINTE DIRETRIZES DO GOVERNO FEDERAL:

> TABELA 5.a - Ampliação da fronteira agrícola e da agroindústria	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	9%	2%
Insatisfatório	57%	47%
Não saiu do papel	17%	12%
Não sabe	17%	39%
TOTAL	100% (107)	100% (49)

> TABELA 5.b - Implantação dos sistemas multimodais de transporte (rodovias e hidrovias) na região, com vistas à integração a mercados externos	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	6%	0%
Insatisfatório	71%	70%
Não saiu do papel	18%	10%
Não sabe	5%	20%
TOTAL	100% (104)	100% (50)

> TABELA 5.c - Desenvolvimento de produtos da indústria de biotecnologia a partir dos recursos genéticos da região	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	7%	2%
Insatisfatório	64%	56%
Não saiu do papel	22%	26%
Não sabe	8%	16%
TOTAL	100% (106)	100% (50)

> TABELA 5.d - Desenvolvimento de produtos da floresta tropical obtidos de forma sustentável	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	3%	0%
Insatisfatório	78%	61%
Não saiu do papel	9%	22%
Não sabe	11%	18%
TOTAL	100% (102)	100% (51)

> TABELA 5.e - Desenvolvimento do ecoturismo	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	6%	4%
Insatisfatório	84%	74%
Não saiu do papel	6%	12%
Não sabe	4%	10%
TOTAL	100% (101)	100% (50)

> TABELA 5.f - Integrar a Amazônia aos mercados nacionais	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	7%	0%
Insatisfatório	78%	75%
Não saiu do papel	8%	15%
Não sabe	7%	10%
TOTAL	100% (100)	100% (48)

> TABELA 5.g - Estimular o desenvolvimento industrial	Partidos	
	Governo	Oposição
Satisfatório	26%	4%
Insatisfatório	59%	60%
Não saiu do papel	5%	17%
Não sabe	10%	19%
TOTAL	100% (101)	100% (48)

6- INTERVENÇÕES IMPORTANTES PARA O REORDENAMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO:

> TABELA 6.a - Criação de novos estados e territórios	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	48%	19%
Não	52%	81%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

> TABELA 6.b - Ampliação das Unidades de Conservação ambiental	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	45%	45%
Não	55%	55%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

> TABELA 6.c - Criação de reservas extrativistas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	23%	35%
Não	77%	65%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

> TABELA 6.d - Proibir compra de terras por estrangeiros ou empresas estrangeiras nacionalizadas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	42%	50%
Não	58%	50%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

> TABELA 6.e - Regularização e demarcação imediata de todas as terras indígenas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	32%	57%
Não	68%	43%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

> TABELA 6.f - Revisão da demarcação das terras indígenas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	38%	10%
Não	62%	90%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

> TABELA 6.g - Elaborar um modelo de reforma agrária específico para a região amazônica	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	63%	73%
Não	37%	27%
TOTAL	100% (120)	100% (60)

7- OPINIÃO SOBRE ONGS QUE ATUAM NA AMAZÔNIA:

TABELA 7.a - Seu papel deve ser analisado de acordo com atividades ou interesses representados	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	84%	89%
Não	6%	4%
Não sei	10%	7%
TOTAL	100% (112)	100% (56)

TABELA 7.b - Como regra, é positiva na defesa dos interesses da Amazônia a atuação de ONGs internacionais	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	16%	41%
Não	64%	42%
Não sei	20%	17%
TOTAL	100% (99)	100% (41)

TABELA 7.c - Como regra, é negativa em relação à região e ao País a atuação de ONGs internacionais	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	54%	30%
Não	24%	53%
Não sei	22%	17%
TOTAL	100% (99)	100% (40)

TABELA 7.d - São instrumentos a serviço de interesses de grupos internacionais contrários aos interesses do Brasil	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	60%	18%
Não	25%	61%
Não sei	15%	21%
TOTAL	100% (90)	100% (38)

TABELA 7.e - Importantes atores do desenvolvimento sustentado da região	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	28%	51%
Não	52%	32%
Não sei	20%	17%
TOTAL	100% (95)	100% (41)

> TABELA 7.f - Prejudiciais ao desenvolvimento da Amazônia	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	42%	15%
Não	36%	67%
Não sei	22%	18%
TOTAL	100% (91)	100% (40)

> TABELA 7.g - Importantes agentes de controle social das políticas públicas para a Amazônia	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	24%	56%
Não	53%	26%
Não sei	23%	18%
TOTAL	100% (97)	100% (39)

> TABELA 7.h - Importantes agentes na defesa dos direitos humanos na região	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	45%	66%
Não	39%	18%
Não sei	16%	16%
TOTAL	100% (98)	100% (38)

> TABELA 7.i - Importantes atores na assistência social na região	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	40%	53%
Não	46%	22%
Não sei	14%	25%
TOTAL	100% (98)	100% (40)

8- OPINIÃO SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA:

TABELA 8.a - A extensão dos territórios indígenas é um obstáculo ao desenvolvimento da Amazônia	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	43%	9%
Não	53%	88%
Não sei	4%	3%
TOTAL	100% (111)	100% (57)

TABELA 8.b - As terras indígenas são ameaças potenciais à soberania territorial do País	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	31%	8%
Não	66%	86%
Não sei	3%	6%
TOTAL	100% (113)	100% (51)

TABELA 8.c - As terras indígenas devem ser abertas à exploração por empresas privadas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	34%	11%
Não	54%	82%
Não sei	12%	7%
TOTAL	100% (106)	100% (57)

TABELA 8.d - As terras indígenas devem ser protegidas como áreas de preservação ambiental e da diversidade étnica	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	78%	92%
Não	13%	2%
Não sei	9%	6%
TOTAL	100% (106)	100% (51)

TABELA 8.e - É possível conciliar o desenvolvimento regional com o respeito às terras indígenas	Partidos	
	Governo	Oposição
Sim	95%	97%
Não	3%	0%
Não sei	2%	3%
TOTAL	100% (110)	100% (58)





Instituto de Estudos Socioeconômicos
(61) 226-8093

“Plano Colômbia - Perspectivas do Parlamento Brasileiro” é uma radiografia de como o Congresso Nacional analisa os impactos sobre a realidade brasileira desta que é uma das maiores operações deflagradas contra o narcotráfico no planeta. Financiada pelo governo norte-americano, a operação já apresenta seqüelas para populações camponesas colombianas, representa elemento fundamental na redefinição do quadro geopolítico da Colômbia e pode acarretar conseqüências nefastas para todos os países fronteiriços. E nesse caso, o índice de vulnerabilidade do Brasil é um dos maiores da região pois possui uma fronteira comum com o vizinho colombiano de mais de 1.600km, toda ela na região amazônica.



A pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC sinaliza, segundo avaliação dos congressistas, para uma não participação do governo brasileiro no conflito colombiano. Embora o debate em torno do tema seja ainda incipiente no Parlamento, o trabalho aponta a preocupação de deputados e senadores com os impactos da operação para as populações que habitam a Amazônia brasileira e para a necessidade de reforço das fronteiras nacionais.

A iniciativa objetiva resgatar uma atribuição institucional do Congresso Nacional brasileiro: a de estar formulando e fiscalizando, junto com o Poder Executivo, a política internacional de nosso País. Tem também a pretensão de ser um primeiro passo no sentido de qualificar o debate parlamentar em torno do Plano Colômbia no sentido de estarmos conjuntamente, sociedade civil organizada e Parlamento, construindo novos níveis de responsabilidade para os poderes instituídos e os cidadãos brasileiros.

